



**Escola de Ciências Sociais e Humanas**

Finança, inclusão financeira e as pessoas em risco de pobreza:  
Um estudo exploratório

**Ana Rita Teles do Patrocínio Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Ana Cristina Cordeiro dos Santos, Investigadora,  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Setembro, 2016



## **Agradecimentos**

À família, a Celeste e o Vítor,  
estarão sempre comigo.

Ao Edgar, pelo carinho, compreensão, paciência e partilha.

À Ana Cordeiro Santos, orientadora desta dissertação,  
pela atenção, conhecimentos transmitidos, pelo cuidado e confiança com que me encorajou.  
Proporcionou-me a oportunidade de aprender muito,  
este processo revelou-me o horizonte da investigação.

À família grande, com quem partilho tantas coisas da vida  
e que me acode quando é necessário, em especial à Lídia e à Judite.

Às companheiras e companheiros de ativismo,  
que me ajudaram a dar um dos saltos mais importantes da minha vida,  
criar uma consciência política e questionar o mundo em que vivemos.

À Lídia Fernandes, Maria João Behran, Raquel Gonçalves,  
Gabriela Farinha, ao Sérgio Pedro  
e à restante direção da Associação HABITA,  
pelo apoio no desenvolvimento do projeto FESSUD  
e por todos estes anos a desbravar o direito à habitação e à cidade.

À equipa responsável pela tarefa FESSUD.

E também, à Associação Regueirão dos Anjos, Associação Terra Chã,  
Centro Cultural e Social da Laranjinha, Comunidades *Rés da Rua*,  
Fórum Finanças Éticas e Solidárias, Obra Social das Irmãs Oblatas  
do Santíssimo Redentor – Centro de Acolhimento e Orientação da Mulher  
e à Marcha Mundial de Mulheres – Portugal

E um agradecimento muito especial a todas e todos os participantes dos grupos de debate.

## Resumo

A inclusão financeira é defendida hoje como solução privilegiada para a resolução do problema da pobreza. Esta é uma importante tendência nas orientações de instituições para o desenvolvimento, como o Banco Mundial. É discutido o conceito de inclusão financeira, no quadro teórico em que se insere, a financeirização da economia, com preponderância da finança sobre processos políticos, sociais e económicos. Objetivamos aprofundar a reflexão sobre a pertinência da inclusão financeira para as políticas de desenvolvimento, procurando perceber como é a relação das pessoas em risco de pobreza com a finança e como seria nos seus termos. Desenvolvendo uma metodologia de investigação ação participativa, criámos grupos de debate, identificando perfis de risco de pobreza: desempregados/as, mulheres em risco de pobreza, residentes em bairro auto-construído, trabalhadoras sexuais e pequenos agricultores. Perguntámos sobre histórias acerca de questões financeiras, como mote à discussão. Vários problemas foram identificados: situações de vulnerabilidade económica aguda e necessidades prementes. A inclusão financeira não parece ser uma preocupação, na verdade, a relação com a finança é percebida como a evitar, tendo sido relatadas experiências negativas e percepções de desconfiança e desigualdades de poder que trazem desvantagem. Os participantes apontam para outras necessidades: emprego e proteção social, assegurando maior independência financeira, o acesso às necessidades fundamentais, independentemente da sua situação económica, e regulação que lhes seja mais favorável. A finança seria diferente, virada para necessidades económicas e sociais, numa lógica democrática e de serviço público. As propostas mais desejadas vão no sentido oposto aos processos de financeirização – e da inclusão financeira – com regulação, políticas de emprego e proteção social.

Palavras-chave: Finança, Inclusão financeira, Financeirização.

## **Abstract**

Financial inclusion is promoted as a prime solution for the problems of poverty. It features as an important trend in development guidelines for institutions such as the World Bank. We discuss the concept of financial inclusion in the theoretical framework in which it operates: the financialization of the economy, with a preponderance of finance on political, social and economic processes. We aim to further reflect on the relevance of financial inclusion for development policies, seeking to understand the relationship of people at risk of poverty with finance and how it would be negotiated on their own terms. Developing a participatory action research methodology, we created discussion groups, identifying poverty risk profiles: unemployed, women at risk of poverty, those living in self-built neighborhoods, sex workers and small farmers. We asked about stories reflecting on financial issues as a theme for discussion. Several features were identified: diverse acute economic vulnerability situations and pressing needs. Financial inclusion does not seem to be a concern, in fact, there is an attempt to avoid financial relationships, having reported negative experiences and perceptions of mistrust and power inequalities stemming from these relationships. Participants point to other needs: employment and social protection, ensuring greater financial independence, access to basic needs, regardless of their economic situation, and regulation that is more supportive. There is a desire for finance relationships to change, answering economic and social needs in a democratic logic and public services. The most desirable proposals point in the opposite direction to the process of financialization - as well as financial inclusion, for more regulation, employment policies and social protection.

Key-Words: Finance, Financial Inclusion, Financialization.

## Índice

Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
Inclusão Financeira	5
Financeirização	14
A finança em Portugal em contexto de crise e austeridade	22
Capítulo II – Trabalho Empírico	27
A posição da autora no contexto epistemológico e profissional	27
Metodologia	28
Procedimentos	33
Grupos de Debate	34
Apresentação de Resultados	38
A degradação da situação financeira e necessidades prementes	39
O que faz falta: a importância do trabalho	42
A necessidade de proteção social	45
Habitação	48
O papel das redes de sociabilidade	50
O sistema financeiro	52
O olhar desde a agricultura	59
Alternativas e Reformas no Sistema Financeiro?	64
Conclusões	69
Bibliografia	75
Anexos	79
Ficha de consentimento para participação em grupo de discussão	79
<i>Currículum Vitae</i>	

## **Glossário de Siglas**

**ASAE:** Autoridade da Segurança Alimentar e Económica

**BM:** Banco Mundial

**BdP:** Bando de Portugal

**FESSUD:** Financeirização, Economia, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável  
(no original: Financialization, Economy, Society and Sustainable Development)

**FFES:** Fórum Finanças Éticas e Solidárias

**FII:** Fundo de Investimento Imobiliário

**INE:** Instituto Nacional de Estatística

**IAP:** Investigação-Acção Participativa

**MBAC:** Residentes em bairros auto-construídos

**MRP:** Mulheres em risco de pobreza

**OSC:** Organizações da sociedade civil

**PA:** Pequenos agricultores

**RSI:** Rendimento social de inserção

**RDM:** Relatórios do Desenvolvimento Mundial

**SD:** Subsídio de desemprego

**SS:** Segurança social

**TS:** Trabalhadoras do sexo

**UEM:** União Económica e Monetária

## **Introdução**

Este projeto iniciou-se com as atividades de pesquisa, realizadas em Portugal pela *Habita – Associação pelo direito à Habitação e à cidade* e coordenadas pela autora desta dissertação no âmbito do Projeto Financeirização, Economia, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável (FESSUD). Do produto dessa pesquisa, do contacto que tivemos com a literatura sobre financeirização, da sua relevância, assim como pelo conhecimento que temos obtido no quotidiano com pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, nasceu a vontade de aprofundar teoricamente o processo da financeirização e os seus impactos sociais, com especial enfoque na inclusão financeira e no sector mais vulnerável da população. A inclusão financeira é defendida hoje como solução privilegiada para a resolução do problema da pobreza. Esta é uma importante tendência nas orientações das políticas de desenvolvimento. Partindo da pesquisa que realizámos no âmbito do FESSUD, objetivamos agora aprofundar a reflexão teórica sobre a pertinência da inclusão financeira para as políticas de desenvolvimento e de bem-estar social.

O Banco Mundial apresenta a inclusão financeira como resolução do problema dos 'pobres'. Achámos útil uma reflexão crítica à produção teórica do Banco Mundial, pela importância que esta instituição tem no contexto global de promoção de conhecimento e de orientações para as políticas do desenvolvimento.

Questionamos os motivos que levam o BM a propor a inclusão financeira das pessoas em risco de pobreza, no âmbito das políticas do desenvolvimento, precisamente após a crise financeira de 2007/2008. Compreender e analisar esta intenção, os seus fundamentos, ou seus potenciais e problemas, é um dos objetivos específicos, analisando a pertinência política e social desta orientação. Este objetivo insere-se numa vontade mais vasta de contribuir para pensar criticamente – um dos principais desígnios da academia – as orientações para as políticas de desenvolvimento,

que tanta influência têm no percurso futuro dos profissionais desta área, onde a autora do estudo se insere.

Uma vez que 'os pobres' – ou antes, pessoas em risco de pobreza<sup>1</sup> – não parecem estar a ser convocadas a participar neste debate, desenvolvemos um processo exploratório, participativo, de envolvimento de cinco grupos de pessoas em risco de pobreza para debaterem a sua relação com a finança, a sua prática concreta, os problemas que enfrentam e as mudanças que desejam. Contrariando o processo de exclusão do debate social e político, frequentemente argumentando-se que “se certas vozes estão fora do debate é por apatia ou desinteresse” (Gaventa, 2001), propomos incluir quem está excluído. Tão ou mais importante que as respostas é a forma como os problemas são formuladas, tanto na política, como na ciência. Assim, prefiguram-se como perguntas de partida:

1) Como é que as pessoas em situação de risco de pobreza percecionam e avaliam a sua experiência com a finança (isto é, instituições, agentes, serviços e produtos financeiros)?

2) Que características a finança (isto é, as instituições, agentes, serviços e produtos financeiros) teria de ter, na perspetiva dessas pessoas, para melhor responder às suas necessidades?

3) Qual a pertinência da inclusão financeira como política de desenvolvimento para as pessoas em risco de pobreza?

As duas primeiras perguntas são consonantes com o projeto FESSUD que investiga a relação das pessoas em situação de vulnerabilidade social com a finança e de que forma a finança poderia melhor servir os seus interesses. A terceira pergunta, vem acrescentar a este projeto, um questionamento sobre a pertinência que têm as orientações de instituições, onde se destaca o Banco Mundial, para a promoção da inclusão financeira para resolução dos problemas das pessoas em risco de pobreza.

É discutido o conceito de inclusão financeira, no quadro teórico mais vasto em que este se insere, o processo de financeirização da economia no atual contexto do capitalismo neoliberal vigente. Focando o caso português, analisa-se a trajetória de periferização do país no quadro da

---

<sup>1</sup>Risco de pobreza: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=113>

União Económica e Monetária, assente numa financeirização orientada para o crédito, com semelhanças a outros países da Europa do Sul, e que se aprofundou no contexto da crise e da austeridade. Os impactos sociais e económicos foram elevados, com a redução drástica dos sectores produtivos e o envolvimento cada vez maior do sector financeiro no quotidiano das pessoas.

Opta-se pelo método de investigação ação participativa (IAP) para conhecer e dar voz às pessoas em risco de pobreza. Identificámos vários perfis de risco de pobreza e de potencial exclusão do sistema financeiro e social, que foram a base para a organização de cinco grupos de debate: desempregados/as (D); mulheres em risco de pobreza (MRP); residentes em bairros auto-construídos (RBAC); trabalhadoras sexuais (TS); pequenos agricultores (PA). Perguntámos, através de histórias que quisessem partilhar acerca de questões financeiras, como percecionam a relação com a *finança* (e a sua eventual inclusão financeira), englobando o sector financeiro, no seu conjunto, ou agentes e serviços financeiros particulares, como a banca, a poupança e o crédito, e que propostas têm para a resolução dos seus problemas financeiros.

A escolha metodológica relaciona-se com o facto de parecer estar estabelecido que quem fala de finança são os economistas, gestores, ou as pessoas que se ocupam da política e, normalmente, quem fala da pobreza também são *experts*, políticos e instituições sociais. A motivação da autora, desafiada pela equipa do FESSUD, foi incluir pessoas em situação de risco de pobreza na mesa de debate sobre as temáticas que lhes concernem, no sentido da inclusão do conhecimento destas, assim como, desta forma, potenciar o seu poder. Consideramos este um imperativo ético e uma questão de participação democrática, assim como um exercício de empoderamento de quem tem estado excluído do debate.

Interessa-nos contribuir, ainda que modestamente, através de um estudo exploratório sobre essa relação desde o ponto de vista das pessoas afetadas. Este contributo é científico e também político porque permite dar voz a quem não a tem e sugere pistas de intervenção a partir das pessoas afetadas, promovendo uma perspetiva de igualdade na participação e no conhecimento. Pretendemos uma ciência que, ao aprofundar o conhecimento, se abre ao pensamento crítico e à transformação, e que se abre à inclusão de quem tem estado excluído da produção do conhecimento e por isso do poder que este implica. Através da Investigação – Ação Participativa (IAP)

pretendemos aportar novas questões e conhecimentos à temática científica da finança, do bem estar, das necessidades e políticas do desenvolvimento, com as populações que mais excluídas estão.

## **I - Enquadramento Teórico**

A crise financeira global de 2008, com consequências ainda hoje por superar e, na sua dimensão, só comparável à crise de 1929, foi despoletada por uma bolha financeira e imobiliária dos Estados Unidos da América, no segmento de mercado designado de *subprime*, isto é, o segmento de mercado de crédito dirigido às classes socioeconómicas mais baixas (ironicamente chamadas NINJA: No Income, No Jobs, No Assets), ao qual se associou o aumento do risco e mecanismos cada vez mais sofisticados de gestão com grande ampliação de lucros. Esta forma de integração dos pobres na finança, através do mercado, foi feita à custa da especulação e da dissimulação do risco crescente e teve as consequências conhecidas. No entanto, há uma renovada afirmação da inclusão financeira dos pobres pelas instituições *mainstream* e a construção de uma narrativa técnica, científica e política sobre o tema, que parece repetir parte importante do mesmo caminho que levou à crise.

### **Inclusão financeira**

Essa narrativa vai no sentido de apontar a inclusão financeira como panaceia para a resolução do problema dos pobres e a chave para o desenvolvimento (Gabor, 2013). Esta mesma autora identifica de forma clara os pressupostos desta abordagem: a necessidade de os pobres desenvolverem a sua capacidade empreendedora e de assumirem maior responsabilidade pela provisão de bens e serviços essenciais, necessitando para o efeito dos serviços financeiros; maior relevância da educação ou literacia financeira informando e responsabilizando o indivíduo relativamente aos riscos dos produtos e serviços financeiros que se afiguram como cada vez mais necessários; crença no funcionamento dos mercados, defendendo-se a retirada de alegados constrangimentos para uma maior eficiência.

No entanto, esta abordagem é parcial e mesmo enviesada em relação à literatura que se produziu sobre exclusão financeira e, sobretudo, às abordagens críticas que se desenvolveram

desde a última crise financeira global<sup>2</sup>, que questionam o tratamento das famílias como futuras consumidoras de serviços financeiros, como as abordagens Foucaultianas à produção e governo das subjetividades financeiras. Segundo Gabor (2013) os estudos<sup>3</sup> sobre a exclusão financeira datam da década de 1990 e analisam a discriminação de grupos socioeconómicos, apontam para a necessidade fundamental de participação no sistema financeiro, numa perspetiva de direitos, e colocam questões políticas sobre a produção da exclusão, apontando causas estruturais em vez de responsabilidade individual, identificando a forma como o sector financeiro agudiza as desigualdades favorecendo de forma sistemática os ricos e poderosos. O capital financeiro é identificado como uma das causas estruturais da exclusão. Assim, defende-se a intervenção do Estado no desenvolvimento da inclusão e de uma cidadania financeira, na introdução de subsídios em áreas pobres, obrigando ao desenvolvimento de uma espécie de serviço público da finança, ou seja de acordo com necessidades sociais e de garantia de direitos humanos.

Porém, as pressões para a liberalização, onde inclusivamente se aligeira a regulação dos serviços financeiros vão no sentido contrário. Com efeito, em 2008, quando a Comissão Europeia aborda o tema da exclusão financeira, a sua preocupação não é garantir que a regulação de serviços financeiros seja capaz de proteger os mais vulneráveis, mas sim promover a acessibilidade e responsabilização individual baseadas em soluções do mercado, desresponsabilizando quer os governos, quer as instituições financeiras (Gabor, 2013). As questões do risco sistémico e o seu impacto sobre os sectores mais desfavorecidos são minimizados ou considerados um problema individual resolúvel pelo incremento da literacia financeira dos consumidores.

O Banco Mundial tem vindo a lançar de forma sistemática, desde 2008, relatórios defendendo a Inclusão Financeira como política do desenvolvimento. Em 2008, publica *Finança para Todos* (The World Bank, 2008); em 2012, *Base de Dados Global de Inclusão Financeira*<sup>4</sup>; e, em 2014 um relatório (The World Bank, 2014) sobre *Inclusão Financeira*. Neste último, aludindo ao facto de cerca de 50% da população mundial adulta, 2,5 biliões de pessoas, não estarem integradas no sistema financeiro (chamadas *unbaked*), enceta um plano de ação visando a inclusão financeira como política de desenvolvimento e redução da pobreza. O plano estratégico de cinco

---

<sup>2</sup>Ver autores como French et al, 2009 e Harvey, 2009, cit. por Gabor, 2013

<sup>3</sup>Ver autores como Dymksi e Veitsch, 1992; Leyshon e Thrift, 1995 cit por Gabor, 2013

<sup>4</sup><http://www.worldbank.org/en/programs/globalindex>

anos (2014 – 2018) tem o lema *Avançar na Inclusão Financeira para Melhorar a Vida dos Pobres* (CGAP, 2013), no âmbito de um grupo consultivo de assistência aos 'pobres'.

Abandonando progressivamente o microcrédito, que fez caminho durante alguns anos, mas que acabou por fracassar por não garantir a sustentabilidade financeira necessária, nem a rentabilidade hoje exigida à banca (Gabor, 2013), a inclusão financeira veio de certa forma substituir este objetivo estratégico de várias instituições internacionais e da banca nos últimos anos, incluindo o Banco Mundial e grupos de trabalho em que está envolvido, como o Global Partnership for Financial Inclusion (GPFI<sup>5</sup>) e o Consultive Group to Assist the Poor (CGAP – Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres), assim como a OCDE, e vários Bancos Centrais, incluindo o Banco de Portugal (Banco de Portugal, 2013).

A inclusão financeira significa o acesso a serviços financeiros e a sua utilização. De acordo com o Banco de Portugal, em sintonia com esta tendência:

O conceito de inclusão financeira envolve um critério que não é só quantitativo de acesso a produtos bancários, mas é também qualitativo, sobre a sua adequada utilização. A inclusão financeira é, em primeiro lugar, entendida como o acesso a uma conta bancária (bancarização), porque a posse de uma conta é um requisito essencial para aceder a outros produtos e serviços financeiros. Mas o conceito de inclusão financeira deve ainda abarcar o acesso a outros produtos e serviços financeiros e o seu uso efetivo por parte do consumidor. (Banco de Portugal, 2013: 12)

O relatório do BM (The World Bank, 2014) refere que as barreiras ao acesso e uso de serviços financeiros são os custos, as distâncias (de pessoas que vivem em áreas remotas) e a exigência de documentos. Diz-nos que “os pobres” beneficiariam de poupanças, pagamentos básicos e de seguros; menciona os perigos do sobre-endividamento, mas alerta para os constrangimentos da regulação e o mau funcionamento dos mercados, que impedem as pessoas de acederem a serviços financeiros benéficos. Conclui assim que a política pública se deveria focar nas falhas do mercado que tornam determinados custos dos serviços financeiros proibitivos, ou que tornam os serviços inacessíveis devido a barreiras de regulação. Defende uma regulação que

---

<sup>5</sup> Parceria Global para a Inclusão Financeira

defenda os direitos dos credores, que promova a informação e a transparência, os sistemas de partilha de informação e registo de garantias, a educação e a proteção dos consumidores que, segundo este, significa:

Uma parte importante da proteção do consumidor é representada pela política de concorrência, porque a concorrência saudável entre os prestadores recompensa com melhor desempenho e aumenta o poder que os consumidores podem exercer no mercado. Políticas para expandir a penetração de contas bancárias, tais como exigir que os bancos ofereçam contas básicas ou de baixo custo, concedendo isenções de requisitos de documentação onerosos, (...) e usando os pagamentos electrónicos em contas bancárias para pagamentos ao Estado são especialmente eficazes entre aquelas pessoas que muitas vezes são excluídas. (The World Bank, 2014: 3)

A abordagem do BM é a promoção do funcionamento do mercado competitivo como solução para o aumento do poder dos consumidores sobre as entidades credoras, alívio de regulação considerada bloqueadora e promoção da educação e da informação - assim como o desenvolvimento de tecnologias - que facilitem o acesso, e o desenvolvimento do crédito através de postos de vendedores retalhistas e abastecedores na venda de produtos. Considera ainda que:

Outras intervenções, tais como o crédito governamental direcionado, alívio da dívida e empréstimos através de bancos estatais tendem a ser politizadas e menos bem sucedidas. (The world Bank, 2014:12)

Uma abordagem, concordante com a narrativa neoliberal do funcionamento do mercado, que retira a regulação (a favor da competitividade do mercado) e a banca pública da equação, aumenta a concorrência e desenvolve mais pontos de acesso à finança através de inovação tecnológica como o uso de aplicações de telemóvel e acesso ao crédito pela compra de produtos a crédito.

Outro ponto de destaque é a educação ou literacia financeira, defendendo a promoção do conhecimento financeiro, das competências, atitudes e comportamentos através de intervenções de educação financeira que, segundo o relatório, têm maior sucesso se:

Atingirem pessoas durante momentos críticos, por exemplo, início de um trabalho ou a compra de um produto financeiro importante. (...) Aproveitando as redes sociais (por exemplo, envolvendo pais e filhos) (...) assim como os meios de distribuição. (ibidem: 13)

Refere-se a eficácia de espetáculos de entretenimento, e num vídeo do BM<sup>6</sup>, também as telenovelas, como mecanismos importantes de educação financeira. A educação financeira enquadra-se num discurso de falta de habilitações e de capacidades dos consumidores para tomar boas decisões e por isso necessitam de educação financeira para fazer boas escolhas. O discurso da literacia financeira assenta numa patologização dos pobres (Gabor, 2013), pois que lhes são identificados problemas psicológicos de falta de controlo, stress, dificuldades comportamentais e falta de capacidades cognitivas. Responsabilizados por más escolhas, o sobre-endividamento ou a contratação de produtos financeiros desadequados são uma responsabilidade sua.

Autores que exploram as ideias de Foucault (Lemke, 2007) – sobre o poder através da construção de subjetividades – remetem-nos para outra reflexão sobre a forma como é defendida, por várias entidades, a difusão alargada de mensagens de educação financeira nos mass media ou a defesa do acesso às famílias pelas instituições financeiras desde tenra idade, como nas escolas e universidades ou no ato da compra de um produto. É importante questionar a abordagem da construção de *subjetividades financeiras* nos indivíduos, a criação de um discurso hegemónico que defende, neste caso, a normalização do envolvimento com a finança, mais do que o desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico e autónomo perante esta. A subjetividade financeira coloca a finança como uma nova forma de governo, hegemónizada pelos media e outras formas de penetração na subjetividade coletiva, que desenvolveremos mais adiante.

No mesmo sentido, o Banco de Portugal define a promoção da inclusão e da formação financeira como um dos pilares para o crescimento económico inclusivo, para o bem-estar dos cidadãos, estabilidade do sistema financeiro e diminuição das desigualdades sociais (Banco de Portugal, 2013). O BdP admite a natureza arriscada e complexa dos produtos financeiros e aponta

---

<sup>6</sup><http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTGLOBALFINREPORT/0,,contentMDK:23489655~pagePK:64168182~piPK:64168060~theSitePK:8816097,00.html>

a educação financeira como uma solução determinante a par da necessidade de regulação e supervisão do sistema financeiro.

Os consumidores, cientes da natureza e dos riscos dos produtos e serviços financeiros, são capazes de tomar decisões mais adequadas ao seu perfil de risco e aos seus objetivos, contribuindo para a eficiência e estabilidade do sistema financeiro (...) A recente crise financeira internacional demonstrou que a assunção de riscos desajustados do perfil, da realidade patrimonial e do rendimento de aforradores e investidores pode ter consequências devastadoras. Os produtos financeiros são cada vez mais diversificados e complexos. Por isso, aforradores e investidores só devem assumir riscos que sejam capazes de compreender e de gerir (...) a promoção da formação financeira urge como uma componente da supervisão comportamental indispensável ao reforço das medidas de regulação e supervisão dos mercados financeiros de retalho. (Banco de Portugal, 2013: 30)

Ainda assim, os consumidores – responsabilizados pelos riscos – devem aprender a tomar decisões de forma a não colocarem em risco a estabilidade do sistema financeiro. Nesta narrativa, o papel do regulador é, “garantir que as instituições prestam aos clientes informação clara e completa sobre os produtos e os serviços que comercializam” (BdP, 2013: 30).

Responsabilizam-se também as micro, pequenas e médias empresas na avaliação dos produtos que contratualizam:

Os gestores, sobretudo das microempresas e das pequenas e médias empresas (PME), devem aprofundar os seus conhecimentos para que consigam compreender os produtos financeiros com que trabalham e avaliar a adequação desses produtos à natureza do financiamento pretendido (Banco de Portugal, 2013: 30)

A promoção da literacia financeira, em linha com o que é definido pelas organizações internacionais, assenta na organização de iniciativas de informação e formação financeira diversificadas, entre estas, a utilização da intermediação dos meios de comunicação social e de instituições como a Escola e a Universidade.

As estratégias de inclusão e de formação financeira devem fazer uso do maior número possível de canais e formas de divulgação, escolhidos em função dos vários públicos-alvo. Os meios de comunicação social, em particular, devem ser parceiros-chave neste tipo de iniciativas. (Banco de Portugal, 2013: 27)

O discurso da inclusão financeira está igualmente presente na forma como os indivíduos devem lidar e resolver os problemas relacionados com bens e serviços fundamentais como o acesso à habitação, à saúde, à educação, às necessidades perante a morte e aos imprevistos que a vida traz. Este discurso da responsabilização é concordante com o discurso político de génese neoliberal, da retirada do Estado, e onde os sujeitos passam a ser individualmente responsáveis. Neste sentido, o Centro para a Inclusão Financeira<sup>7</sup> publica vários vídeos de promoção da inclusão financeira. Em alguns destes indica os motivos pelos quais a inclusão financeira é importante para uma família pobre, neste caso usam o exemplo de uma mulher e mãe com um pequeno negócio de venda de roupa num mercado local ao ar livre, algures em África<sup>8</sup>. Esse vídeo destaca, além da necessidade de armazenamento do dinheiro através de conta bancária, a necessidade provável de empréstimo para pagamento das despesas com a inscrição na escola dos filhos, a necessidade provável de um empréstimo para ter uma habitação, a necessidade provável de ter um seguro de saúde para encarar as despesas em caso de doença, e a necessidade de seguros de poupança reforma para providenciar na velhice. Esse endividamento para acesso a dimensões fundamentais da vida da mulher é visto como uma resposta adequada para os seus problemas e como condição para a sua melhoria de vida. Outro vídeo da mesma organização reforça a mesma abordagem, promovendo o acesso aos serviços financeiros para resolver emergências como a morte de um familiar, acesso à educação ou à saúde<sup>9</sup>.

Refere-se também a importante oportunidade para o mercado financeiro, pelas projeções de estudos que apontam para a duplicação da capacidade financeira dos 40% mais pobres da população mundial nos próximos anos. Um vídeo<sup>10</sup> menciona a oportunidade que este enorme mercado representa para os investidores e prestadores de serviços e produtos financeiros. De acordo com uma das entrevistadas, “mais dinheiro virá para o sistema bancário”; Ainda outro vídeo<sup>11</sup> refere a emergência no mundo de uma classe baixa, e ainda vulnerável, mas com um rendimento suficiente (entre os 4 e os 10 dólares por dia) para alocar ao sistema financeiro e que assim é atraente como potencial cliente. A estratégia de inclusão financeira, sobretudo focada no desenvolvimento de tecnologia (maioritariamente associada a telemóveis), tem como fim a

---

<sup>7</sup><http://www.centerforfinancialinclusion.org/about>

<sup>8</sup><https://www.youtube.com/watch?v=g5IVrGIW7q8&nohtml5=False>

<sup>9</sup><https://www.youtube.com/watch?v=K0FdB8mC3mk&nohtml5=False>

<sup>10</sup><https://www.youtube.com/watch?v=WGUplIBeDH-M&nohtml5=False>

<sup>11</sup><https://www.youtube.com/watch?v=ljI2qdyO2YU&nohtml5=False>

construção de uma infraestrutura tecnológica que suporte esse acesso e uma abordagem direcionada às características deste mercado de bilhões de pessoas chamado aqui de *mercado invisível*. De acordo com a interveniente, “The market opportunity is great and the race is on”.

A abordagem da inclusão financeira é coerente com a tendência de passagem do *welfare* para a *debtfare*, ou seja, a retirada progressiva das responsabilidades do Estado Social, em que a proteção em relação às incertezas do futuro são providas através de mercados financeiros, do crédito, de sistemas de poupança e de seguros via entidades privadas, bem como a financeirização dos bens e serviços em si como sejam habitação, os sistemas de pensões e seguros, a saúde e a educação, por falta de provisão pública de acesso universal. Responsabilizam-se as pessoas pelo acesso aos sistemas de provisão, na condição de *consumidores*, que necessitam igualmente de formação para tomar boas decisões financeiras.

A abordagem do Banco Mundial deve ser observada no contexto do que tem sido a evolução da instituição (Deaton, 2009; Boad, 2006; Wade, 2002; op. Cit. por Fine et al. 2016). O Banco Mundial tem desempenhado um papel muito relevante como instituição de produção e disseminação de conhecimento através dos seus Relatórios do Desenvolvimento Mundial (RDM), que se têm constituído como instrumento de afirmação da própria instituição e de domínio intelectual na área do desenvolvimento. Outrora financiados pelo orçamento do BM, os relatórios são agora co-financiados por fundos de investimento privados, na ordem dos milhões de dólares, o que põe em causa a sua independência. Na dura crítica que fazem ao relatório de 2015, Fine et al. (2016) enfatizam o novo enfoque do BM no comportamento individual dos “pobres”, nas suas más decisões e falta de auto-controlo, entre outras limitações cognitivas e psicológicas, potenciadas pelas privações que enfrentam. Mas ao invés de se centrar nas causas das privações e na sua remoção, a principal preocupação do BM reside em ajudar os “pobres” a tomar boas decisões nas circunstâncias em que se encontram. Esta abordagem é apenas aparentemente contraditória com a teoria económica neoclássica, que continua influente na instituição, e que pressupõe que os indivíduos tomam decisões racionais e adequadas à defesa dos seus interesses em contextos mercantis. Os pobres, devido aos constrangimentos que enfrentam, pensam de forma automática e não deliberada e racional. Precisam, por isso, de pequenas ajudas e de incentivos para tomarem decisões mais ajustadas. Quer isto dizer que o enfoque continua a ser o indivíduo, através da

introdução de pequenos incentivos, negligenciando as questões sistêmicas e estruturais à semelhança da teoria neoclássica focada no funcionamento perfeito dos mercados. Como referem Fine et al. (2016) é uma teoria descontextualizada, *associal*, *ahistórica*, onde não há referência às questões de poder, de classe, de gênero, de raça, etc. numa perspectiva de redução do desenvolvimento e da política a uma questão técnica, que passou da realidade e dos contextos para o laboratório. O enfoque no comportamento individual tende para responsabilização do indivíduo pela sua realidade, culpabilizado-o pela tomada de decisões erradas que colocam inclusivamente em causa o sistema. Neste contexto o BM promove a abordagem do 'empurrãozinho' (o incentivo). De acordo com os autores, quanto mais 'empurrãozinho', menos orçamento, menos medidas estruturais e por isso os autores concluem, com preocupação, que o “RMD 2015 implica uma dramática redução do que vem a ser o desenvolvimento” (Fine et al., 2016: 21) num mundo com graves desigualdades, onde a desregulação laboral e a regressão do Estado Social agravam a situação.

A inclusão financeira, pode ser uma das formas de 'empurrãozinho', numa abordagem individual, retirando da equação as questões estruturais, e insere-se no processo de financeirização pela promoção do aumento da abrangência das relações sociais entre a finança e as pessoas, neste caso, as pessoas de menores rendimentos. Essa inclusão dá-se através do estabelecimento de novas relações como sejam o endividamento, a poupança, o pagamento de serviços, os seguros, às quais estão associados os custos como os juros, prémios, taxas e comissões (Rodrigues et al., 2016).

Esta determinação das famílias como consumidoras futuras de serviços financeiros é, como vimos, sujeita a análises críticas, sobretudo após a crise de 2007/2008, mas enquadra-se no processo em curso de financeirização que não parece ter mudado de rumo com a última crise financeira. Esta parece até ter servido para o seu aprofundamento. A hegemonia das ideias da integração pela liberalização do sistema financeiro mantém-se, assim como a tendência para uma competitividade global entre blocos de poder financeiro e político. De acordo com Gabor (2013) o risco é hoje central no *aparatus* da governação e a inclusão financeira é uma marca dessa 'modernidade' em que o risco assume centralidade, no âmbito de uma política de classe associada à finança, em que os pobres, “os novos incluídos”, aprendem a ser responsáveis e a ter autocontrolo, e as classes médias e altas, “os super incluídos”, são encorajados a constituir grandes e

diversificados portfólios de produtos financeiros, dispersando o risco e os ganhos, que vão desde fundos de investimento à bolsa, aos fundos de pensões ou ao imobiliário.

## **Financeirização**

A Financeirização pode ser definida como um conjunto de processos históricos e institucionais através dos quais os actores, os motivos e os mercados financeiros ganharam um peso acrescido no capitalismo contemporâneo exercendo uma influência crescente nas suas dinâmicas (Rodrigues et al., 2016: 33).

Epstein (2005: 3) definiu a finança nestes termos e promoveu uma análise, multifacetada às dimensões da financeirização na economia global, identificando nesta profundas transformações a partir do fim dos anos 70, início de 80, com a diminuição do papel dos governos e aumento do papel dos mercados, assim como um aumento nunca visto das transações financeiras nacionais e transnacionais. Estas transformações acontecem a par do desenvolvimento do neoliberalismo e da globalização e Epstein chega mesmo a afirmar que as transformações introduzidos por estes são comandadas pela finança e pela financeirização e não o contrário. O poder e o desenvolvimento das instituições financeiras assim como a ideologia da financeirização são também referidos. As pesquisas desenvolvidas partilham de duas convicções que considera fundamentais: 1) que o fenómeno da financeirização se tem tornado crescentemente relevante na economia global, senão hegemónico; 2) que alguns efeitos da financeirização têm sido prejudiciais para parte significativa da população mundial. Identifica (mesmo antes da crise de 2007/2008), analisando as sucessivas crises financeiras e os efeitos desiguais destas desde os anos 70 – década da reafirmação da finança, que havia perdido poder desde a crise de 1929 para a regulação e políticas intervencionistas estatais – afetando a massa da população em geral, mas beneficiando determinadas classes e a própria finança. Considera que a sua reafirmação foi feita à custa da liberalização, do aumento do poder das instituições financeiras, da diminuição do poder sindical e, conseqüentemente, dos custos do trabalho e direitos laborais, aumentando a capacidade de ganhos do capital por esta via. Esta tendência continua a aprofundar-se: Crotty (op. Cit Epstein: 2005) identifica contradições provocadas pela financeirização e globalização, entre as exigências dos mercados e tendências para a estagnação da economia, que promovem o desenvolvimento de correções que são negativas para o cidadão comum: cortes nos salários, nos benefícios laborais e deslocação do investimento de empresas não financeiras para operações financeiras com maiores taxas de retorno aumentando os

lucros, mas desinvestindo da economia real, o que não abona para a criação de emprego. Os autores identificam uma natureza inerente aos mercados financeiros que leva à especulação e à instabilidade, à privatização, caracterizam-na pela volatilidade, o endividamento, a incorporação crescente do risco, a má alocação de recursos, um crescimento económico instável e um enviesamento extraordinário do poder de determinada parte da finança para interferir sobre a regulação e as decisões políticas.

O processo de financeirização do capitalismo neoliberal caracteriza-se assim pelo papel crescente da finança nas sociedades em múltiplas dimensões da vida, através da integração do Estado, empresas não financeiras e famílias no circuito do capital, e sendo esta circulação o epicentro, em que o crédito tem um papel fundamental (Rodrigues et al., 2016). A proliferação de mercados financeiros e instituições ao longo dos últimos trinta anos triplicou a proporção de ativos globais em relação ao PIB mundial. Em 2007, o valor total dos ativos financeiros globais atingiu um pico de 194 biliões de dólares, igual a 343 por cento do PIB<sup>12</sup>. Segundo os mesmos autores, o poder económico e político da finança relativamente ao resto da economia deve ser visto como o produto de profundas mudanças nas relações sociais estabelecidas entre mercados financeiros, bancos, empresas não financeiras, famílias, sendo o Estado um ator de maior importância. Neste sentido, há uma pressão para a diminuição das funções públicas e sua substituição por mecanismos privados, sobretudo financeiros. O Estado é empurrado para os mercados, podendo perder força política de representação coletiva (Reis in Rodrigues et al., 2016). A financeirização, tem um carácter sistémico, que transforma economia e sociedade, revela-se através do volume de capital que transaciona; da progressiva desregulação, ou regulação orientada por e para o mercado privado; da dominação da finança sobre a indústria; da complexidade e instabilidade dos sistemas; da desigualdade; da dívida generalizada em vez de um sistema de proteção associado ao estado social; e da sua presença na vida diária, organizando de forma crescente o quotidiano (Santos e Fine, 2013). Os autores confirmam a tendência rumo à privatização dos sistemas de proteção social, reforçando as responsabilidades individuais no acesso aos mercados financeiros, num contexto de maiores níveis de desemprego ou de emprego crescentemente precário (em que as pessoas passam também por maiores períodos de tempo desempregadas). Rodrigues et al. (2016) referem também o

---

<sup>12</sup><http://www.mckinsey.com/industries/private-equity-and-principal-investors/our-insights/global-capital-markets-entering-a-new-era>

aumento da intensidade de circulação de capital sob a forma de crédito, promovendo a transferência de capital da economia real para a esfera financeira, e assim, apesar do grande volume de capital existente e em circulação, economias como a de Portugal, mas não só, permanecem com elevado grau de estagnação, com consequências no emprego.

O trabalho não perdeu importância na sociedade financeirizada, este continua a ser de grande relevância, mas são identificadas consequências decorrentes da relação entre este e a finança (Betzelt et. al., 2016). Os autores realizaram um estudo sobre o impacto da finança e, sobretudo, da crise financeira global sobre o bem estar, através da análise do trabalho em diferentes países europeus com diferentes níveis e formas de financeirização e de sistemas sociais. Apesar das diferenças importantes, conseguiram identificar alguns pontos e tendências comuns: degradação das condições de vida para um número significativo de famílias em todos os países estudados; aumento da desigualdade devido ao impacto negativo da financeirização na deterioração das relações de trabalho e na perda de rendimentos; e crescimento da desigualdade com o recuo do estado social, afetando de forma mais significativa os grupos com mais baixos rendimentos, os jovens trabalhadores com contratos precários. Em resultado do crescimento das desigualdades, da redução dos rendimentos e a instabilidade laboral, alguns destes grupos passaram a recorrer ao crédito para financiar despesas fundamentais, outros passaram a trabalhar mais tempo e aceitar piores condições laborais para conseguirem suportar os encargos da dívida.

Apesar da diversidade de sistemas sociais existentes, fruto de contextos históricos e culturais específicos, e que dão origem a processos de desenvolvimento divergente, a captura por parte da finança dos sistemas de provisão é uma consequência dos processos de financeirização que pode ocorrer das mais diversas formas, demonstrando-se a capacidade plástica da finança (Rodrigues et al., 2016). No entanto, determinados sistemas de provisão, que garantem o acesso a bens e serviços fundamentais à população, têm uma importância e um significado decisivo no acesso universal das famílias, numa perspectiva de direitos humanos. Se a oferta pública for sendo substituída por sistemas de provisão privados, em que o acesso universal perde força para processos de privatização total ou para o princípio utilizador-pagador, a desigualdade no acesso aumenta. Ora a desigualdade caracteriza-se também pela falta de acesso a bens e a serviços fundamentais, assim

“a financeirização é um mecanismo poderoso de mobilização e ampliação das desigualdades” (Rodrigues et al, 2016: 19).

O sistema de provisão de habitação é um exemplo claro: o crescimento extraordinário da dívida das famílias nas últimas duas décadas em Portugal está relacionado diretamente com este sistema de provisão, um bem de necessidade fundamental. Em 2006, o nível médio do endividamento, medido pela percentagem de dívida no rendimento das famílias, era de 131%, em 2009, 80% desse crédito total era para a habitação (Rodrigues et al, 2016). Segundo os autores, a grande incidência de crédito às famílias deve-se à fraqueza histórica do Estado na provisão de habitação, conjugada por uma política de promoção da propriedade privada e da compra através do crédito à habitação. Uma política de promoção do crédito através de subsídios diretos (bonificações e isenções fiscais) assim como indiretos (infraestruturação); tal como o desenvolvimento de uma subjetividade que valoriza a casa própria, quer seja como sinal de realização, ou ainda como base material importante para a proteção da família perante incertezas futuras, fez com que esta forma de acesso se tornasse dominante. Para muitas famílias esta via era compensadora em termos financeiros relativamente ao arrendamento, sobre o qual não houve políticas ativas durante muito tempo. Mas a maior disponibilidade de crédito, assim como a forma como está organizado o mercado hipotecário, foram fatores determinantes no aumento do preço da habitação em Portugal, à semelhança de outros casos (Aalberts 2009, op. cit. Robertson, 2013). Os que compraram casa fizeram-no com um nível de endividamento considerável, mas potencialmente aumentando a sua riqueza (pela valorização da habitação, pelo menos enquanto esta se valorizar), outros, que nunca conseguiram acesso ao crédito, pertencendo às classes mais baixas, com menos rendimento e garantias, sentiram as consequências de aumento dos preços e ficaram sujeitos a maior risco no que concerne o acesso a este bem fundamental, muitas vezes sujeitos a taxas de esforço mais elevadas no arrendamento. A população que não conseguiu adquirir habitação própria através do recurso ao crédito à habitação, também não conseguiu aceder a habitação social (correspondendo apenas a 3-5% do total dos alojamentos, dependendo se falamos de habitação social ou também de cooperativas). A maioria recorre ao mercado de arrendamento, relativamente mais caro. Em 2013, 35% das famílias arrendatárias despendia mais do que 40% do seu rendimento disponível em despesa de habitação – uma taxa de esforço excessiva, sobretudo falando de rendimentos baixos - enquanto que a taxa de esforço excessiva no crédito corresponde a 7% das famílias com hipotecas

(Rodrigues et. al., 2016). Outros fenómenos reforçam esta ideia, como a construção de habitações de génese ilegal com toda a precariedade e risco que isso implica; ou a existência de um número considerável de famílias que vive em condições muito precárias e/ou de sobrelotação. De acordo com o que foi dito podemos inferir que a mercadorização do sistema de provisão da habitação – transformada em mercadoria e reduzindo a responsabilidade pública de provisão – associada a uma política de crédito às famílias, levou a um aprofundamento das desigualdades, em termos do acesso a este bem essencial, ou através da riqueza acumulada e desigual entre grupos sociais com capacidades diferentes, ou ainda, através da diferença das taxas de esforço entre sectores sociais e rendimentos, tendo maiores consequências no rendimento disponível das famílias com menor capacidade económica, assim como na capacidade de investimento que têm os grupos que compram casa e apresentam esta como colateral para outros produtos. Mas não foram só os grupos com capacidade económica relevante que compraram casa através de crédito, mas também, em menor número, grupos mais vulneráveis com rendimentos médios-baixos e que foram os primeiros a sofrer com a crise económica. Tem havido nos últimos anos alguns milhares de famílias com incapacidade de pagar os seus créditos à habitação<sup>13</sup>.

Lapavitsas e Dos Santos (Cit por Robertson, 2013) apresentam a tese da *expropriação financeira*, que resulta da retirada do estado social e da estagnação dos rendimentos, o que tem como consequências pessoas terem de recorrer aos serviços financeiros para manter o seu nível de vida e o acesso a bens e serviços fundamentais. No entanto, tal não é confirmado por Robertson (2013) contestando com dados sobre vários países europeus que demonstram que o envolvimento com a finança para acesso à habitação tem antes dado vantagem a quem nela se envolve (com algumas exceções em Espanha ou na Irlanda) servindo para aumentar a riqueza das famílias, mas aumentando a distância entre estas e aquelas que não tiveram acesso a estes mecanismos, aumentando assim a desigualdade, mas não apoiando a tese da expropriação financeira. Também Fine (op. cit. por Rodrigues et. al., 2016: 66) refere que “a extensão, natureza e usos da finança pelas famílias varia de país para país, refletindo as formas e as estruturas contextuais dos sistemas de provisão”, como a cultura e a história das instituições referidas por Robertson (2013). No entanto, Santos e Fine (2013) indicam um processo generalizável em curso – apesar de algumas diferenças

---

<sup>13</sup>Os números sobre crédito mal parado na habitação ou famílias que já perderam a sua casa não são dados pelas instituições com regularidade e clareza, assim há apenas estimativas da comunicação social como por exemplo, esta: <http://www.dnoticias.pt/actualidade/economia/317596-malparado-na-habitacao-toca-maximos>

específicas de contexto para contexto – de desigualdade crescente através do retrocesso do Estado Social e a penalização das classes de rendimento médio e baixo, que têm assim que recorrer ao crédito. Há assim uma relação diferenciada das famílias com a finança, por um lado, o acesso facilitado e as vantagens relativas dos grupos sociais mais favorecidos, que lhes permite por esta via aumentar a sua riqueza, pela aquisição de produtos de investimento e bens; enquanto que as pessoas de rendimentos médios e baixos recorrem ao crédito em situação de desvantagem e para procurar satisfazer necessidades básicas que já não conseguem satisfazer através dos baixos rendimentos ou de um estado social em regressão, indo ao encontro da teoria, ainda que parcialmente, de Dos Santos e Lapavitsas (Robertson, 2013).

Lapavitsas afirma ainda que na raiz da financeirização está o capital sob a forma de crédito (Rodrigues et al., 2016). Lazzarato (2011) prefere ao termo financeirização a expressão sociedade de dívida, sobre a qual apresenta uma visão muito crítica. Coloca no centro da questão a relação devedor-credor através da dívida: “Finança, no neoliberalismo, é indicativo da força crescente da relação devedor-credor” (23). O autor propõe esta denominação em vez de sociedade financeirizada, porque considera mais precisa do ponto de vista dos processos políticos e sociais operados, das relações sociais fundamentais que prevalecem no quadro do papel crescente da finança que, através da dívida, atravessa várias dimensões das instituições e da organização da vida. Esta relação social está presente entre pessoas, empresas, ou Estado e os credores. A finança é representante do capital, ou seja, das relações sociais que este representa. A relação devedor-credor, segundo este, é uma relação de poder, intensifica mecanismos de exploração e de dominação em todos os níveis da sociedade. O autor cita Ardent: “O crédito é um dos mecanismos mais eficazes de exploração uma vez que certos atores, através da capacidade de produzir crédito, conseguem apropriar-se do trabalho e da riqueza de outros” (Lazzarato, 2011: 21). Lazzarato não distingue entre economia 'virtual' e 'real', ou economia financeira e produtiva, porque, segundo ele, é impossível separar a finança da produção, a primeira é uma parte consubstancial de todo o sector económico: finança, indústria e sector terciário, trabalham em simbiose. A finança é consubstancial a todos os tipos de produção de bens e serviços. A questão que aponta como fundamental é a relação de poder desigual que ela estabelece através do mecanismo dívida e as questões materiais, objetivas, bem como as dimensões subjetivas da sua produção. Recorrendo à teoria da moral de Nietzsche, coloca a dívida como arquétipo das relações sociais, o que significa conceber a sociedade e a economia na base de

uma relação assimétrica de poder e não numa relação de troca entre partes iguais. Introduce poderes diferenciais entre grupos e redefine o dinheiro já que a dívida está automaticamente presente como comando, como poder de criação/destruição da economia e da sociedade.

Segundo o autor, o neoliberalismo puxou pela integração dos sistemas monetário, bancário e financeiro de forma a colocar a relação devedor-credor no centro da política. Os elementos objetivos e materiais fundamentais para defender este sistema são assegurados pela propriedade, pela relação de poder assegurada por esta: entre os detentores de capital e os não detentores; entre os detentores de bens e serviços e os não detentores, que produz uma relação desigual e de dependência. Se a terra, os bens e os serviços forem privados é necessário dinheiro para aceder a estes. Se uns detêm o poder de ter (e de produzir) dinheiro e outros não, a relação credor-devedor encontra as bases materiais que obriga ao estabelecimento desta relação desigual.

Mas também é decisiva a dimensão subjetiva do processo, refere: “O que definimos como 'economia' seria muito simplesmente impossível sem a produção e o controlo da subjetividade nas suas diferentes formas” (Lazzarato, 2011: 33). Recorrendo a Foucault, defende que a dívida representa uma relação inseparável da produção do sujeito devedor e da sua moral (subjetividade), segundo ele, a produção da subjetividade é a forma mais primária e importante de produção, é a *mercadoria* que comanda e que está presente na produção de todas as mercadorias. A dívida influencia as relações sociais mas é ela própria uma relação social de poder que encerra formas específicas de produção e controlo de subjetividade, uma forma específica do *Homo Economicus* já referido por Foucault, que Lazzarato apelida de *Homem Endividado*<sup>14</sup>. A dívida produz uma forma específica de moralidade, diferente mas complementar com a moralidade produzida pelo trabalho. Este revela-se na dupla esforço-recompensa e a da dívida na dupla *promessa* (honrar a dívida) – *falta* (de ter entrado nesta relação). As duas complementam-se e reforçam-se mutuamente, aproximando-se da abordagem da teoria disciplinadora. Exemplo dessa complementaridade são as acusações feitas ao governo grego (e ao seu povo, ou ao português) quando determinados setores quiseram auditar e reestruturar a dívida ou questionar a sua legitimidade: acusações de não quererem trabalhar e culpados/desonrados se não pagassem a dívida. O autor resgata o conceito de

---

<sup>14</sup>O autor, quando utiliza o termo Homem refere-se à humanidade, que inclui a mulher. Sempre que possível introduziremos homem e mulher, exceto quando são citações de autores.

culpa, de Nietzsche, central na elaboração da moralidade, e refere que na língua alemã a palavra *Schuld* significa tanto *culpa* como *dívida*. Na sociedade de dívida, todo o ser, indivíduo ou entidade, é um sujeito económico endividado, todo o ser é um devedor e por isso culpado. Devedor, direta ou indiretamente, porque investe em algo, porque é detentor de um crédito ou de um cartão de crédito ou, indiretamente, através da dívida do Estado, que está condenado a pagar através dos impostos, dos serviços sociais, e através das consequências da austeridade. Críticas que adquiriram contundência sobretudo perante os processos de ajustamento estrutural desenvolvidos em vários países da Europa, apesar do processo não ser novo em outras regiões do mundo.

A produção ideológica dominante é, segundo o autor, que todo o ser deve ser proprietário, acionista, consumidor, empreendedor, e essas são condições do ser devedor. Coloca a responsabilidade pelo sucesso no indivíduo – retirando importância às condições estruturais da sociedade e às políticas (desemprego, recessão, etc.) – assim como a responsabilidade dos custos e dos riscos associados. Esta responsabilização e individualização é a base do discurso que apologiza o empreendedor, o comprador de um seguro de saúde ou de um crédito à habitação. O sucesso económico, mas também o acesso à saúde ou à habitação são responsabilidade de cada um/uma.

Segundo Lazzarato (2011), a dívida não é apenas uma forma de transferência de rendimentos do trabalho para o capital (Rodrigues et al. 2016) ou, como já foi dito, de exploração, é também uma forma de apropriação do futuro e da decisão. Do futuro porque se baseia na provisão do pagamento futuro e por isso das possibilidades deste. A possibilidade de decisão é afetada se o futuro está condicionado e por isso pode ser entendido como um instrumento de controlo social e político. Os Estados, transformados em apenas mais um ator no mercado, já muitos deles sem controlo sobre a sua própria moeda e assim cada vez mais envolvidos no sistema de dívida, a partir de certo momento escolhem, muitas vezes, abdicar da decisão política (Reis in Rodrigues et al., 2016), obedecendo à narrativa de que para pagar o serviço da dívida é preciso cortar no estado social, aumentar impostos do trabalho e do consumo, promover privatizações.

Foucault é uma referência importante pelo ênfase que deu à subjetividade, referindo que o poder de um agente reside na capacidade de ser reconhecido como poderoso, ou seja, é central no

poder que tem determinada construção social. Há outros autores que exploraram as ideias de Foucault ao questionarem sobre a continuada e crescente influência da finança mesmo depois da última grande crise. Gabor (2013) refere a escola da “governamentalidade” conceito do próprio pensador, que coloca a hipótese da reciprocidade entre a constituição de técnicas de poder e formas do conhecimento. Lemke (2001) analisa as aulas de Foucault sobre biopolítica: o governo, no sentido amplo do termo, através de processos de racionalização do poder, define uma área discursiva que o legitima, através do desenvolvimento de conceitos, objetos, fronteiras, argumentos e justificações. O processo de construção de subjetividades é aliado às relações de poder. Nesta “arte de governar” o governo dita a forma como os problemas são abordados e as estratégias para a sua solução, estrutura também formas específicas de intervenção, numa forma de processamento da realidade que conta com agência, instituições, formas legais que permitem o governo dos objetos e dos sujeitos, dentro de uma racionalidade política específica. Ao analisar a fase histórica do neoliberalismo, recorre às ideias desenvolvidas pela escola liberal alemã dos anos 20/30 que defendeu a necessidade de uma intervenção estatal forte para o desenvolvimento do capitalismo, que é um sistema económico passível de várias formas de organização socio-político-institucional, precisamente por toda a economia ser uma construção social e, neste âmbito, a dita escola defende “a necessária intervenção social massiva para ancorar a forma empreendedora no coração profundo da sociedade” (Lemke, 2001: 196).

As ideias de Foucault sobre o exercício do poder político, onde se inclui a finança, apontam para uma nova forma de governamentalidade, através de racionalidades calculadas (ou fabricadas), ou seja, a dimensão discursiva da produção das subjetividades da finança. Entre um neoliberalismo que universaliza o “homo economicus” e as capacidades autoreguladoras do sujeitos, a financeirização transforma a vida quotidiana, criando novas identidades financeiras (Langley, 2008, 2010 op. cit por Gabor, 2013).

### **A finança em Portugal em contexto de crise e de austeridade**

A economia portuguesa tem enfrentado um contexto particularmente desfavorável ao desenvolvimento de políticas autónomas e inclusivas no quadro da União Económica e Monetária (UEM) (Reis et al., 2013). À semelhança do verificado em outros países do Sul da Europa, a

integração na UEM contribuiu para uma trajetória de periferação destes países face ao centro da Europa e uma mudança do seu regime de acumulação, estimulando uma financeirização orientada pelo crédito (Gambarotto e Solari, 2015; Rodrigues et. al, 2016). A crise de 2008 veio expor e aprofundar posição periférica do país, com impactos particularmente melindrosos do ponto vista económico e social.

Uma dimensão associada a essa trajetória foi a diminuição drástica do peso de sectores produtivos, como é o caso da agricultura - um sector crítico para a autonomia e bem estar das populações. Os dados do Recenseamento Agrícola de 2009 apontaram a existência de 304 mil explorações agrícolas<sup>15</sup> em 2009, representando uma diminuição de 49% relativamente a 1989. Em 2013, esse número caiu para 264 mil explorações agrícolas.

Uma outra dimensão está relacionada com a expansão de crédito no sector da habitação. Na verdade, a política pública de habitação assentou, como vimos, num modelo de provisão de alojamentos baseado no mercado (Santos et al. 2014) beneficiando o sector financeiro e representando um aumento do endividamento dos agregados familiares. Contribuiu ainda para uma ilusão de convergência e para camuflar as profundas desigualdades existentes (Rodrigues et. al, 2016), para o desinvestimento na já débil resposta pública e para consolidar uma política de solos fortemente marcada pela financeirização e especulação (Santos et al, 2014).

A financeirização traduziu-se num grande envolvimento do sector financeiro no quotidiano das pessoas. Em Portugal, “a banca comercial tem nas famílias o principal recipiente do seu crédito. Estas famílias assumem assim um papel central no capitalismo financeirizado” (Rodrigues et al, 2016, 35). As relações das famílias com o sector financeiro sublinham o crescente papel que estas representam para a finança por via de decisão de endividamento e de poupança. A mudança do crédito das empresas para as famílias é muito expressiva nos últimos 20 anos: em 1990 o crédito às famílias representa cerca 45% do crédito concedido às empresas, em 1990 já representa 115% e, em 2011, 145% (Rodrigues et al, 2016). Além do papel crescente e fundamental das famílias para as instituições financeiras, a finança atualmente empresta mais às famílias do que às empresas, o que terá repercussões na economia, no emprego e sustentabilidade económica.

---

<sup>15</sup>Fonte: INE

A maior parte da população em idade adulta tem conta bancária (91%) e movimenta-a (89%). É também de destacar que 64% da população não só a movimenta, como tem outros produtos financeiros, nomeadamente seguros (37%), cartões de crédito (32%), depósitos a prazo (31%), crédito à habitação (26%) e descobertos bancários (25%) (BdP, 2011). O desligamento relativamente ao sistema financeiro está associado a rendimentos baixos. O estudo do Banco de Portugal assinala que a maior parte (72%) das pessoas que não tem conta bancária apresenta rendimentos inferiores a 500 euros<sup>16</sup>, sendo que, de facto, a principal razão (67%) apontada é “não ter rendimentos que o justifique”. Inatividade (reforma, estudo, trabalho doméstico) ou desemprego, assim como baixos níveis de escolaridade são outras características associadas a esse desligamento do sistema financeiro. O mesmo estudo indica que 88% das pessoas afirmam não ter práticas de poupança porque os seus “rendimentos não permitem”. Entre as pessoas com crédito à habitação, há desconhecimento sobre a natureza dos seus empréstimos: 10% não sabem qual o tipo de prestação associado ao seu empréstimo e 41% não sabem qual o *spread* aplicado pelo banco.

Este processo é congruente com o que já foi referido anteriormente sobre a desigualdade, uma vez que assenta em posições e relações de poder desiguais. De acordo com Rodrigues et al. (2016: 19) “desde a dívida privada familiar à participação em mercados de capitais (...) as famílias que se relacionam com os esquemas privados são, numa desproporção assinalável, as de maiores rendimentos” e são estas que são capazes de beneficiar destes, aumentando a sua riqueza por esta via. Por outro lado, são crescentes os casos de incumprimento em contratos de crédito mas que, considerando a sua reduzida participação no mercado de dívida e os montantes em dívida relativamente reduzidos, não têm grande impacto para os bancos. Assim, se relativamente às famílias do topo da pirâmide esta relação com o sistema financeiro parece trazer vantagens, como devedoras e como detentoras de ativos financeiros, as famílias do lado oposto da pirâmide, têm taxas de participação consideravelmente mais baixas e em produtos com características diferentes: linhas de crédito de curto prazo, dívidas com cartões de crédito (duas formas de crédito com juros e custos mais elevados) e contas poupança. No entanto há faixas vulneráveis que contraíram

---

<sup>16</sup>Entre estes 19% não tem qualquer rendimento. Saliente-se que a totalidade da respostas incluem as opções não sabe (7%) ou não responde (13%)

créditos, famílias com rendimento reduzido, mais jovens, que contraíram hipotecas, e que constituem grupos vulneráveis da população no que concerne à finança (Costa e Farinha, 2012).

A austeridade, política adotada para fazer face à crise pelos governos em funções no seguimento da crise financeira, sob pressão da União Europeia (UE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos mercados financeiros, ao adotar uma estratégia de deflação salarial como instrumento político e ao promover uma impressionante e radical suspensão do investimento público e extensão do programa de privatizações (Castro e Caldas, 2013), aprofundou as vulnerabilidades económicas e sociais. A austeridade precipitou uma reconfiguração do regime de emprego no sentido da redução da proteção social no desemprego e da sua cobertura; desproteção no emprego e individualização das relações laborais; queda dramática do emprego e dos salários; criação de emprego precário e de baixos salários (Campos Lima, 2015; Fernandes, 2015; Observatório sobre Crises e Alternativas, 2015). Assinale-se também que este cenário de agravamento das condições sociais e, em particular, o aumento galopante do desemprego terão sido fatores para alimentar o surto de emigração massiva - incluindo de trabalhadoras e trabalhadores altamente qualificados. Do ponto de vista estrutural, o desemprego poderá ter-se transformado numa variável importante afetando outras dimensões económicas e sociais, como é o caso das desigualdades de rendimento (Carmo e Cantante, 2015).

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, antes da crise financeira, e da viragem para a austeridade, os níveis de desemprego vinham crescendo ao longo da década de 2000, atingindo cerca de 8% em 2007 e 9,5% em finais de 2009, mas disparou desde essa altura. Depois de atingir um máximo histórico de 17,7%, os valores oficiais do desemprego inverteram-se, mas sem que isso tivesse sido um reflexo de um aumento do emprego nem correspondesse a uma real diminuição do desemprego (Observatório das Crises e das Alternativas, 2015). É de destacar o forte peso do desemprego de longa duração e a particular incidência do desemprego entre os segmentos mais jovens da população, abaixo dos 25 anos – atinge os 37,7% em 2012 (INE) – com reflexos num aumento histórico da emigração, só comparável à verificada na década de 60. A questão da relação entre desemprego e pobreza é particularmente crítica. Partindo-se dum regime subprotector (Gallie e Paugum, 2000), a diminuição drástica dos níveis de protecção social das pessoas desempregadas no período da austeridade, contribui para reforçar a associação entre desemprego,

pobreza e desigualdades (Farinha e Andrade, 2013). Além disso, assentando numa lógica de *workfare* – um conjunto de medidas políticas com uma coerência ideológica com uma componente moral e cultural forte, que se expressa no papel regulador e, até, disciplinador das políticas sociais (Fernandes, 2015) – estas medidas contribuíram para aumentar o ambiente de desconfiança face à generalidade dos e das beneficiárias de proteção social – nomeadamente no que diz respeito ao rendimento social de inserção (RSI), abono de família e diferentes tipos de subsídio de desemprego (não apenas do regime contributivo).

Repare-se que em Portugal, de acordo com a Comissão Europeia (2012), o risco de entrar numa situação de pobreza está associado a poucas oportunidades de sair dela - ou seja, de ficar em situação de pobreza persistente. A austeridade contribuiu para agravar a situação relativa dos segmentos mais pobre e médio da população. Houve uma redução significativa do rendimento real das famílias entre 2009 e 2011 associada a várias tendências: o papel das políticas de proteção social foi reduzido substancialmente em termos de apoio indireto - ou seja, dos serviços públicos disponíveis, por ex. ao nível da saúde e da educação -, antevendo indícios do desmantelamento do Estado social; o aumento do IVA teve maior impacto entre os escalões de menores rendimentos (não podemos esquecer também o aumento das taxas sobre os rendimentos e contribuições sociais); o aumento do número de pessoas a viver em agregados familiares sem qualquer rendimentos ou com rendimentos muito baixos.

As mulheres apresentavam altos níveis de desemprego antes da crise financeira e da austeridade (Ribeiro et al., 2015), verificando-se uma convergência pela negativa (ou seja, pelo aumento dos níveis de desemprego dos homens), mas sem que o mesmo tenha acontecido com os níveis de desigualdade e de pobreza. A desigualdade salarial aumentou e as mulheres continuam sobre-representadas nos salários mais baixos, assim como entre as populações em risco de pobreza – em especial mulheres em famílias monoparentais (Bento et al., 2013). Em qualquer dos casos, e num país onde “sociedade de providência” (Santos, 1994) continua a ser um conceito particularmente relevante para compreender a dinâmicas sociais verificadas nos últimos anos, a redução das despesas sociais, como os apoios a famílias e a crianças, constitui um mecanismo que tenderá a dificultar a participação laboral feminina e a agravar a situação das mulheres em situação mais vulnerável (Santos, 1994).

## II – Trabalho Empírico

### A posição da autora no contexto epistemológico e profissional

A autora deste estudo provém da área dos estudos de desenvolvimento, tem uma prática de trabalho na área social numa perspectiva transformadora (e não de manutenção da realidade). Não concebe nem a investigação nem a intervenção social como atividades neutras, revendo-se em Freire (1970) quando afirma a impossibilidade da neutralidade, uma vez que somos feitos e funcionamos através de concepções da realidade, valores e crenças, que estão presentes em tudo o fazemos. Mesmo a pretensa neutralidade, que não assume um posicionamento está, na verdade, a contribuir para um *modus operandi* ou para a manutenção de um determinado *status quo*. Nesse sentido, consideramos que metodologias que possam aliar o desenvolvimento de conhecimento com a capacidade de intervenção e transformação, numa perspectiva de igualdade, são centrais.

No âmbito da sua intervenção sobre a temática da habitação, os processos de ação, reflexão, ação com setores da população foram elaborando, de forma não muito consciente, ciclos de aprendizagem mútua entre investigadora e população sobre os constrangimentos que enfrentam, questões políticas, questões circunstanciais e estruturais no que concerne a habitação, e também formas de desenvolvimento de uma consciência coletiva, mobilização e tomada de posição sobre políticas e direitos, num processo de diálogo profundo e sistemático (mas ainda não sistematizado), ao longo de anos, com muitas dificuldades, mas também alguns frutos e conquistas.

A presente investigação permitiu uma reflexão sistemática e o desenvolvimento de um momento síntese de aprendizagem coletiva sobre os constrangimentos financeiros das pessoas, assim como o que será necessário para se construir um futuro melhor, o impacto da finança junto destas, sobretudo no que concerne ao acesso aos bens e serviços fundamentais. Naturalmente, este momento síntese carece de continuação.

A exigência científica ajudou à organização metodológica e procedimental, assim como à sistematização, e a consolidar não só resultados e conclusões coletivas do grupo, como também a

aperfeiçoar uma metodologia de intervenção que nos parece fazer sentido nos processos de desenvolvimento, tornando mais claros objetivos e estratégias dentro do grupo, assumindo o conhecimento de todos/as e o seu desenvolvimento como essencial. A partir desta etapa, outras virão no movimento perpétuo de ação–reflexão–ação. A capacidade de método e de sistematização pelo grupo foi potenciada, alargando-se mais uma vez a espiral do conhecimento e da ação.

## **Metodologia**

Liberdade é a capacidade de participar, efetivamente, na definição dos limites sociais que definem o possível (...) Através do acesso ao conhecimento e da participação na sua produção, uso e disseminação, os atores podem afetar as fronteiras e a concetualização do possível (Harward, 1998, op. cit. Gaventa e Cornwall, 2001: 73).

A abordagem da investigação-ação participativa (IAP) foi adotada por se considerar mais apropriada aos objetivos da investigação. Estes incluem não só o interesse de conhecer a perspectiva, mas também a necessidade de envolver as pessoas em situação de exclusão ou risco de pobreza na discussão sobre assuntos financeiros que as afetam. Assume-se, deste modo, o princípio da igualdade na produção do conhecimento e da mobilização de pessoas em situação de exclusão, proporcionando a todos/as um momento conjunto de reflexão crítica sobre a relação com a finança, a forma como a finança pode melhor servir as suas necessidades e quais as mudanças necessárias para a saída de tal situação. A IAP é uma forma de investigação que se orienta para a transformação social (Sempere, 2008). Enfatiza a relação fundamental que existe entre conhecimento e poder, e nasce da crítica à manutenção das estruturas de poder através dos monopólios de conhecimento. Estas estruturas não resultam de níveis diferenciados de conhecimento – uma vez que assume que todos são passíveis de ter e desenvolver conhecimento – mas, de uma assimetria ao nível da capacidade de sistematização e de mobilização dos instrumentos de difusão (Sempere, 2008). A IAP desafia assim desigualdades de poder enraizadas.

A investigação-ação (Kurt Lewin, 1946, op. cit. Sempere, 2008) visou orientar a investigação para a ação social procurando desencadear transformações a partir da interação dos membros de um grupo com tarefas e objetivos particulares. Nos anos 70, desenvolvem-se outras

correntes de pensamento na América Latina, África, e Ásia – não por acaso, nessa periferia global de relação histórica desigual com o centro, palco dos processos de colonização às sequelas destes – mais direcionadas para o questionamento e análise dos problemas da desigualdade social, onde se encontram pensadores como Paulo Freire e Fals Borda que deram o cunho participativo ao processo de investigação das populações excluídas e oprimidas, no sentido de as capacitar para processos de transformação social onde o papel destas era determinante e fundamental em qualquer processo de real transformação social. Ortiz e Borjas (2008 op. Cit. por Oliveira Figueiredo, 2015) recordam as correntes convergentes no sentido do fortalecimento de grupos sociais subalternos para a transformação social, entre os anos de 1960 e 1970: educação popular, teologia da libertação, comunicação alternativa, investigação-ação participativa, filosofia da libertação. Balcázar (2003 op. cit. por Oliveira Figueiredo, 2015) define a IAP conceptualizada por Selener (1997) como:

Um processo pelo qual membros de um grupo ou uma comunidade oprimida, recolhem e analisam informação e atuam sobre os seus problemas com o propósito de encontrar soluções e promover transformações políticas e sociais. (278)

Para o autor, esta definição evidencia o contexto de opressão e reflete uma posição ideológica e política a favor de grupos minoritários ou que enfrentam condições de exploração ou marginalização. Assim a IAP é vista por vários autores como um método de conhecimento científico que envolve os excluídos, e assim também de educação e de conscientização (Freire, 1970), a consciência sociopolítica. É um método em que os participantes aprendem a aprender, e desenvolvem a sua capacidade de descobrir o mundo de um ponto de vista crítico.

É também referida a perspetiva do indiano Shiv Visvanathan (Sempere, 2008) que introduz questões relativas à diversidade e à desigualdade de conhecimentos conhecida como 'justiça cognitiva'. O conceito parte da noção que a dominação e exploração não são apenas causadas por um controlo dos meios de produção material, mas pelo controlo dos meios de produção cognitiva, isto é, quem cria o conhecimento e que tipo de conhecimento cria. Estas teorias ressoam fortemente Gramsci e os seus conceitos de praxis e hegemonia (Sempere, 2008); assim como Foucault, que referimos mais uma vez, pela centralidade que dá à análise do poder e da sua construção, através do processo do conhecimento.

O conceito de poder é novamente aqui chamado. E há análises diversas sobre as relações do poder com o conhecimento, como explicam Gaventa e Cornwall (2001): por um lado, a concepção de poder que se resume ao exercício de poder de A sobre B ou A contra B, numa arena de conflito. Se outros há, não estarão presentes por apatia ou desinteresse. Nesta concepção A e B devem mobilizar as suas forças e o seu conhecimento para essa disputa de poder e de decisão. Segundo as autoras,

Pouca atenção é dada, nesta abordagem, aquelas cujas vozes ou aqueles cujos conhecimentos não está representado no processo de tomada de decisão, nem como as formas de poder que afetam a maneira como certos problemas são enunciados ou construídos (Gaventa e Cornwall, 2001: 70).

Ou seja, nesta visão não está presente quem, desde logo, não chega à mesa do debate, nem dos motivos para tal, não assumindo que pode haver uma mobilização enviesada onde se explora determinado tipo de conflitos e recursos, deixando outros de fora, por exemplo, uns assuntos tratados dentro da política e outros deixados de fora, onde a produção de conhecimento pode contribuir para a mobilização desse enviesamento.

A IAP pode, além de desafiar um conhecimento *expert* com outras formas de conhecimento, expandir a participação na produção de conhecimento, num processo de aprofundamento democrático, uma vez que o conhecimento, como uma forma fundamental de influenciar as consciências, é crítico para o exercício do poder. Gaventa e Cornwall (2001) consideram os processos de socialização, a educação, os media, o controlo da informação, mecanismos de poder porque moldam as crenças políticas e ideológicas. As autoras, baseando-se em Gramsci, Foucault e Freire afirmam que os processos descritos têm a capacidade de internalizar conhecimento e desenvolver uma 'cultura de silêncio' dos oprimidos, moldando consciências, e marcando a agenda pública com determinadas temáticas em detrimento de outras.

No entanto, o poder não pode ter apenas uma conotação negativa. O poder significa também a capacidade de alguém para agir, um poder interior, psicológico, conformado pela identidade e pelas concepções de si sobre a capacidade de agência, assim como das forças exteriores. Foucault (1979 op. Cit. por Gaventa e Cornwall, 2001: 71) entende o poder como uma multiplicidade de relações de força constituídas nas relações sociais”. O poder funciona e produz-se através de

discursos, instituições e práticas que o produzem através da delimitação da fronteira de possibilidades que governam a ação. De acordo com Foucault, conhecimento é poder, ou seja, conhecimento e poder relacionam-se diretamente, não existe relação de poder que não se correlacione com a constituição de um campo de conhecimento, assim como não existe conhecimento que não pressuponha e constitua uma relação de poder (Foucault, 1979 op. cit. por Gaventa e Cornwall, 2001). Assim, se o poder é formado pelo discurso, então a questão de como o discurso (e o conhecimento) é construído, de que forma e por quem, e a forma como condiciona os campos de ação, torna-se crítico para a mudança e para a transformação das relações.

A IAP procura contribuir para a mudança através da inclusão dos excluídos no processo de construção e disseminação do conhecimento, capacitando quem participa no processo e ampliando as fronteiras do conhecimento. Concebe a realidade e a ciência como um processo histórico, mutável, composto por condições objetivas e subjetivas que se desenvolve a partir da relação do ser humano com a realidade social em que vive numa relação dialética. A dialética entende-se como uma relação complexa de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento (teoria) e o fazer (ação). Desta forma a IAP prioriza a reflexão sobre a prática para a sua transformação. O objetivo é o enriquecimento do corpo teórico e permitir que este contribua para uma prática emancipadora de promoção social. Paulo Freire (1970) acrescenta que não é só a resposta do Homem que altera a realidade que enfrenta, mas o próprio ato de resposta “muda o Homem que, progressivamente, através dessa ação se constrói como Homem” (op. cit. Oliveira Figueiredo, 2015: 276). Freire coloca forte ênfase no diálogo como processo transformador, como uma atividade cooperativa de participação, ligando ao conceito de 'práxis' que é segundo este autor a potência transformadora entre a teoria e a prática, a ação e reflexão em permanente dialética de conceitos, valores, etc., mas a qual, ainda assim, não é suficiente se não atua no contexto específico, para que, no curso dessa ação, se possa refletir criticamente sobre a realidade e a transformar. Para o autor comunicação significa reciprocidade e não coação, um diálogo para a construção conjunta de significados. Rompe assim com o binómio sujeito – objeto, propondo uma investigação e uma sociedade com relações sociais mais democráticas, mais simétricas, mais participantes.

A relevância desta metodologia é tanto maior se considerarmos que a agenda política levada a cabo por influentes instituições internacionais na área do desenvolvimento, sobre a inclusão

financeira, por exemplo, não parece dar voz aos excluídos financeiros, que são diretamente visados pelas políticas preconizadas. A sua participação, assim como a sua tomada de consciência e capacitação para a ação – objetivo ainda longínquo neste trabalho, que apenas desenvolve uma pequena experiência – adquirem, pois, pertinência do ponto de vista das estratégias para o desenvolvimento, acumulando mais conhecimento, praticando maior democracia e inclusão.

No entanto é preciso ter em atenção o perigo de idealização da IAP. A sua defesa e aplicação acrítica contêm alguns riscos. Por exemplo, a ênfase no conhecimento que vem das bases pode descurar outras perspectivas importantes; a tendência para privilegiar o consenso das bases pode eliminar diferenças e a possibilidade de conclusões mais plurais e equitativas; o conhecimento local pode ainda reproduzir, inadvertidamente, o conhecimento dominante pela internalização de discursos e visões dominantes; ou pode ainda substituir o discurso dominante por outro que de alguma forma também oblitera visões (ver Gaventa e Cornwell, 2001). Por isso, a IAP necessita de uma atenção minuciosa e uma reflexão autocrítica permanente sobre como desenvolver outras formas de investigação da realidade. Por outro lado, quanto às possibilidades de transformação social, é necessário perceber que participação sem mudança de políticas e de estruturas que dão origem aos problemas, pode significar antes a manutenção do status quo que, por se afirmar participativo, é legitimado, reforçando relações de poder existentes.

A IAP é também um processo, cíclico, através do qual os sujeitos se transformam em (ou se aprofundam como) atores sociais. Sempere (2008) define as etapas cíclicas do processo da IAP: *Investigação* implica por um lado tomarmos consciência de que temos conhecimento e estamos dispostos a aprender mais, e por outro, analisar sistematicamente a nossa situação; a *ação* implica conhecer e relacionar-nos com pessoas na mesma situação, que interpretamos como a necessidade de quebrar o isolamento que retira força e visão, que reforça os sentimentos pessoais de incapacidade e de culpa em vez de uma visão estrutural dos problemas sociais; implica também organizar-nos e desenvolvermos relações sociais e ações. As formas cíclicas de recolha de informação e de desenvolvimento de diálogo, ação, reflexão podem recorrer a várias técnicas consoante os contextos. No trabalho presente, criámos momentos de dinamização de diálogo coletivo através de grupos de discussão.

## Procedimentos

Este é um estudo exploratório, qualitativo, situado, que não pode ser generalizado para o universo das pessoas em risco de exclusão e pobreza, mas para os grupos específicos que participaram. No entanto, permite a recolha de elementos e de pistas de reflexão gerais sobre as questões levantadas.

Num primeiro momento, a pesquisa fez parte do estudo transeuropeu FESSUD que tem como objetivo avaliar, desde diferentes perspetivas, o impacto da financeirização e da crise no bem-estar social das pessoas, focando, em particular, a sua relação com o sistema financeiro, procurando construir uma visão crítica e interdisciplinar sobre como a finança pode servir melhor necessidades económicas, sociais e ambientais. A equipa FESSUD promoveu uma reflexão participativa mobilizando uma rede de organizações da sociedade civil (OSC) em diferentes países. Essa reflexão participativa passou pela organização de workshops nacionais envolvendo representantes de grupos em situação de desvantagem. As perguntas de partida do projeto FESSUD eram: Como seria a finança se esta levasse em conta a perspetiva das pessoas em situação de desvantagem social? Que reformas ou sistema alternativo estas pessoas propõem para a finança melhor servir as suas necessidades?

Em Portugal, foram criados 5 grupos de discussão, com os quais se procurou fomentar uma discussão ampla e aberta que permitisse responder às questões de partida, readaptadas à realidade nacional. As perguntas de partida foram então:

- 1) Como é que as pessoas em situação de risco de pobreza percecionam e avaliam a sua experiência com a finança (isto é, instituições, agentes, serviços e produtos financeiros)?
- 2) Que características a finança (isto é, as instituições, agentes, serviços e produtos financeiros) teria de ter, na perspetiva dessas pessoas, para melhor responder às suas necessidades?

Dada a riqueza da discussão, o conhecimento que coletivamente se produziu no âmbito do projeto FESSUD e o que se veio a conhecer das orientações de instituições que atuam na área do desenvolvimento, como o Banco Mundial, o presente trabalho acrescenta uma terceira questão:

3) Qual a pertinência da inclusão financeira enquanto objectivo de política de desenvolvimento para as pessoas em risco de pobreza?

O diálogo foi organizado de forma aberta e as perguntas que despoletaram o debate foram, como veremos, facilitadoras de uma conversa abrangente, o que nos pareceu adequado uma vez que outras dimensões da organização social e económica poderiam ser convocadas na discussão de temas de teor financeiro. Destacamos assim a importância de se ter organizado a discussão de forma suficientemente aberta para não afunilar a discussão, o que poderia ofuscar outras possibilidades de aprofundamento de uma realidade complexa.

Organizados os grupos de debate, o processo de recolha de informação procurou dar voz a pessoas em situação de desvantagem socioeconómica, de diversas proveniências, de forma a capturar um leque vasto de percepções sobre a finança e explorar possíveis caminhos de mudança.

### Grupos de debate

Um pequeno número de indivíduos que se junta num grupo de discussão ou de conjugação de esforços, é muito mais valioso do que uma amostra representativa. Este grupo, ao debater em conjunto a sua esfera de vida e sujeitá-la ao teste do confronto das divergências, é mais eficiente do que qualquer outra técnica que eu conheça para retirar os véus que a escondem (Blumer, 1969, op. cit. Flick, 2005: 116).

Os grupos de debate procuram expor o modo como as opiniões são produzidas, expressas e trocadas no dia-a-dia, em que opiniões extremas, incorretas ou não partilhadas são socialmente corrigidas pelo grupo numa espécie de consenso negociado. Os grupos de debate permitem não só dar a conhecer opiniões individuais, mas sobretudo, chegar a uma opinião grupal partilhada, que vai além das individuais (Flick, 2005). Distingue-se, pois, da informação obtida junto de amostras representativas, com características e um potencial próprio.

Permitem igualmente a construção de uma visão partilhada, previamente discutida e analisada, ao disponibilizarem um espaço de reflexão crítica sobre um tema que habitualmente é visto como um problema individual, mas que, na prática, tem uma marca estrutural forte. Também constituem uma oportunidade interessante para explorar possibilidades de mudança, através de um diálogo e assim do desenvolvimento de consciência e de conhecimento.

Os cinco grupos de debate envolvendo pessoas em situação de exclusão e de risco de pobreza foram constituídos por desempregados/as (D); mulheres em risco de pobreza (MRP); moradores/as em bairros auto-construídos (MBAC); trabalhadoras do sexo (TS); pequenos agricultores (PA). Cada um destes grupos foi organizado de forma a ter heterogeneidade, mas encontrando o elemento em comum que permitia uma identificação do grupo e assim maior facilidade de diálogo.

Ao selecionar estes grupos pretendia-se ter uma visão abrangente que considerasse os mecanismos de exclusão: existentes antes da crise financeira e da austeridade (os casos mais significativos serão talvez o dos/as moradores de bairro autoconstruído (MBAC) e das trabalhadoras do sexo); assim como os despoletados pela crise financeira e pela austeridade (o caso mais paradigmático será o dos/das desempregados/as). Além de preocupações de acessibilidade, neste caso à habitação, facilitada pela ação desenvolvida pela associação *Habita*, onde a autora deste estudo participa, procurou-se considerar uma diversidade de perfis envolvendo os processos económicos e culturais associados à pobreza e à exclusão social.

A maior parte dos grupos tiveram entre 6 e 9 participantes. O grupo das trabalhadoras do sexo contou com 16 participantes mas, na prática, teve um número menor de participações efetivas no debate. Procurou-se, na formação dos grupos, garantir diversidade em critérios como género, idade, local de residência (urbano/rural), participação social e política. Este esforço foi parcialmente conseguido.

No grupo de desempregados/as verificou-se uma certa diversidade em termos de género e categorias etárias: três mulheres e cinco homens (um deles trans-género); cinco jovens adultos/as (até 35 anos) e três em final da idade ativa (mais de 50 anos). Os mesmos critérios foram

virtualmente conseguidos no grupo MBAC que teve, no entanto, uma especificidade importante: foi constituído por imigrantes de Cabo Verde (6), Angola (1), São Tomé e Príncipe (2). Quatro dos/as participantes, embora provenham de famílias de imigrantes, nasceram em Portugal. Verificou-se alguma diversidade etária, mas menor no caso do grupo de mulheres em risco de pobreza – especialmente mulheres jovens adultas, adultas e em final de idade ativa (máximo 53 e 58 anos). No grupo das trabalhadoras do sexo, constituído apenas por mulheres (uma delas transsexual), foi possível distinguir dois grupos etários: 30-40 (11); 50-60 (5). O grupo dos pequenos agricultores (PA) foi composto maioritariamente por homens e com idade superior a 50 anos.

No que diz respeito aos restantes critérios, geográfico e de participação social e política, não foi conseguida a diversidade. Os perfis urbano e participação social pesaram bastante nos grupos de desempregados/as e MRP. Pelo contrário, o grupo MBAC - composto por uma maioria de pessoas já despejadas - prevaleceu um perfil semi-urbano e sem experiência organizativa. No grupo TS, as participantes residiam em meio urbano e sem qualquer experiência de participação social. Finalmente os participantes do grupo PA, todos residentes em meio rural, foi composto por membros de uma mesma cooperativa.

As sessões realizaram-se em Junho de 2015, em espaços associados ao ativismo social, espaços associativos ou de apoio social. O grupo MBA teve lugar numa cave de um restaurante reservada para o efeito, perto do bairro onde estas pessoas vivem, ou viviam antes de serem desalojadas.

Apenas os grupos MBAC e PA poderão considerar-se próximos de um grupo natural, baseado em laços de vizinhança, no primeiro caso; associativos, no segundo. Em todos os grupos, alguns dos participantes (2/3) já se conheciam antes da sessão.

As sessões começaram com a apresentação dos objetivos de pesquisa e alguma informação necessária ao seu funcionamento. Embora contando com a participação de todos, em dois dos grupos - TS e PA - alguns dos participantes dominaram bastante o debate. Embora com níveis diferentes de participação, as sessões ganharam uma dinâmica assinalável de debate. Verificou-se

um ambiente de crescente de confiança e de abertura, com testemunhos e casos concretos que enriqueceram o conteúdo do debate. A dinâmica permitiu a formação de consensos e divergências, assinalando a complexidade dos temas em debate. Tendo sido assegurado o consentimento dos/as seus participantes, as sessões foram gravadas e transcritas.

As duas perguntas principais que estimularam e estruturaram o debate:

1) Por favor, pensem por 2 minutos sobre qualquer história positiva/negativa da vossa vida relacionada com dinheiro e, quem quiser pode partilhá-la com o resto do grupo.

2) Que mudanças seriam necessárias para que problemas relacionadas com o dinheiro se tornassem mais fáceis?

Estas perguntas muito abertas, permitiram o início e o desenrolar da conversa, em que as pessoas iam comentando e interagindo umas com as outras sobre as suas histórias. Foi por vezes necessário introduzir algumas perguntas mais concretas sobre a relação das pessoas com a finança, se tinham empréstimos, ou recorriam ao banco ou compravam a crédito, etc. ou se tinham outros esquemas alternativos de poupança ou de satisfazer necessidades de dinheiro.

A análise dos textos resultantes da transcrição incluiu a identificação de padrões, por exemplo, temas e tendências que se repetiram nas discussões, dentro e entre grupos (Flick, 2014). Neste sentido, foi adotado a codificação de conceitos e temas que surgiram, e sua evolução, com particular atenção aos temas que geravam mais ressonância no grupo, quer seja em sentido convergente, quer seja em sentido divergente, analisando essa evolução e procurando incluir diferentes níveis de análise: individual, meso e macro (Denarmark et al., 2002), permitindo estabelecer relações. Na prática, os grupos de debate disponibilizam informação, gerada a partir de atividades situadas – convidando os/as participantes a falar sobre uma situação envolvendo dinheiro - abrangendo os diferentes níveis de análise – permitindo abordar a perceção individual acerca de si (self), as situações e contextos locais (meso) e as questões estruturais (macro) na relação com a finança mas também dos desafios, dificuldades e anseios mais gerais.

## Apresentação de Resultados

As experiências relacionadas com dinheiro não tiveram como tema recorrente o sistema financeiro *per se*, ainda que não houvesse uma indiferença em relação a este. Sendo patente a falta permanente de dinheiro dos participantes, o recurso ao sistema financeiro não parece ser a opção. Alguns temas foram comuns a todos os grupos, outros mais específicos. Os temas recorrentes foram o trabalho, o Estado Social, as redes de sociabilidade (família, amigos, associações). Em alguns grupos foi levantada, com bastante relevância, a questão da habitação. No grupo dos pequenos produtores, a conversa desenrolou-se sobretudo em torno do trabalho, o sistema de produção agrícola e a regulação de mercado.

Falou-se na vida, entre o viver e o sobreviver. A sobrevivência, sobejamente referida, entendida como a instabilidade diária e a incerteza de conseguir responder às necessidades fundamentais, que parece dominar as preocupações dos participantes. O viver, como poder desfrutar da vida, ir ao cinema, viajar ou ter uma vida independente.

Operações e atividades financeiras não foram nunca o primeiro tema quando se falava de dinheiro, mas sobretudo da necessidade deste: o que as pessoas sentem perante a escassez, o que fazem para obter dinheiro, ou o que dificulta tal tarefa. Para que o sistema financeiro surgisse como tema da conversa foi necessário pedir especificamente que os/as participantes falassem sobre o tema. Nesse caso, foram relatadas sobretudo más experiências.

O dinheiro aparece como maldito, uma fonte constante de problemas e preocupações, assim como de desigualdade de poder. No entanto, é considerado um mal necessário, imprescindível, no sistema atual, para atender a necessidades fundamentais. O dinheiro é um instrumento:

*Acho que a questão do dinheiro é uma necessidade do ser humano, o ser humano praticamente não consegue viver sem dinheiro, há sempre necessidade, tanto para as compras, alimentação, pagar a renda, transportes, e praticamente tem que haver sempre dinheiro, sem dinheiro praticamente não se consegue fazer nada (E., MBAC).*

A falta de dinheiro gera situações de grande vulnerabilidade, de instabilidade, medo de chegar a um ponto de rutura. Humilhação, culpa, impotência e frustração sobre o que percebem como injustiça foram alguns dos sentimentos referidos.

Mas foi igualmente referido que as necessidades de dinheiro podem também ser relativas. Usando as palavras de S., desempregado, “*a nossa necessidade de dinheiro é elástica*”. O dinheiro aqui foi associado a um modelo insustentável de consumo, “*quanto mais temos mais precisamos*” (S. D).

Uma das linhas fortes presente nos grupos foi a de que deveríamos precisar menos do dinheiro. Isso permitiria mais liberdade e menos desigualdade económica e de poder. Precisar menos de dinheiro significaria que o acesso a bens e necessidades fundamentais não fosse tão dependente do dinheiro. Mais do que recorrer por exemplo ao crédito ou a seguros, os participantes preferiam o acesso gratuito a alguns bens e serviços, como veremos.

### **A degradação da situação financeira e necessidades prementes**

Sendo o dinheiro visto como um instrumento para satisfazer necessidades fundamentais, face à situação de vulnerabilidade económica em que vivem (desemprego, baixos rendimentos), não ter dinheiro significa comprometer a satisfação dessas necessidades. Há uma perceção do aumento da pobreza e a consciência de carência extrema de tudo, muita vulnerabilidade e instabilidade diária, ansiedade e medo sobre o futuro que se apresenta sem esperança:

Eu peço à minha médica para passar medicamento só barato, porque eu não tenho dinheiro para comprar. Eu tinha rendimento mínimo de 200 e tal euros, eles cortaram desde o ano passado. Eu estou a viver um dia de cada vez. Às vezes eu como laranjas que o meu filho traz do curso dele, eu deito-me na cama, eu não tenho nada para comer (D., GMBA).

A falta de dinheiro para comprar medicamentos, alimentar-se todos os dias, usar transportes públicos, ou pagar a universidade aos filhos foram preocupações expressas. Em contexto de crise e austeridade, a falta do dinheiro fez-se sentir de forma aguda, sobretudo entre pessoas em situação

de maior vulnerabilidade económica. Independentemente da vida nunca ter sido fácil, as dificuldades atuais são descritas como as mais duras de sempre.

Algumas pessoas tiveram trabalhos com estabilidade no passado, outras nunca. E outras somam à vulnerabilidade económica, o estigma. Foi expresso um elemento comum de deterioração das condições de vida:

Sempre houve dificuldades em casa mas nunca me faltou o comer, claro que não era comer de luxo, mas nunca faltou (...) portanto, eu tenho 58 anos, e o que eu queria deixar bem ciente, eu tenho 58 anos e o Natal de 2012 foi o pior natal da minha vida. Em todos os sentidos. Falta de comer, moralmente, psicologicamente... não consegui comprar uma prenda para o meu neto (L., Desempregada).

Entre pessoas que se identificam com a chamada classe média, essa falta também se sentiu. Em alguns desses casos a questão da independência e poder desfrutar de momentos simples de lazer:

Eu sou de classe média, já estive empregada noutras alturas mas agora estou desempregada. (...) recentemente fui ter com um amigo que me levou a um café e só então é que me lembrei que não tinha dinheiro....e não queria pedir ao meu amigo.... Nesse mês estive três semanas sem dinheiro. Não queria pedir à minha mãe, nem a ninguém (L., Desempregada).

A precariedade e a instabilidade associada à falta de dinheiro foram ideias marcantes em todos os grupos.

Viver um dia de cada vez (D., MBA).

não se saber o que será o dia de amanhã (V., MTS).

viver em constantes altos e baixos(V., MRDP).

Perante a falta extrema de rendimentos, é de questionar desde logo o sentido que tem, nestas condições, falar de inclusão financeira como via de incrementar a capacidade de poupança, a contratualização de seguros ou de empréstimos. As pessoas, se não têm dinheiro e a sua preocupação fundamental é a sobrevivência quotidiana, o pagamento de medicamentos, alimentação e outras despesas fundamentais, não parece fazer sentido que tenham disponibilidade ou capacidade para produtos na área financeira.

É assim consistente que os participantes tenham afirmado não ter qualquer tipo de poupança, mas também poucas expectativas relativamente ao futuro do sistema de segurança social. A vida na velhice foi outra das preocupações expressas. Algumas pessoas, as mais velhas, referem contar com a reforma, apesar de cada vez mais baixa. Outras, mais novas referem que não sabem como farão para sobreviver nessa altura. Alguns não acreditam que tenham reforma no futuro e não sabem como será, não têm um plano.

A deterioração que podemos constatar nas suas condições de vida através destes depoimentos é consistente com o processo descrito sobre o retrocesso do estado social (Fine e Santos, 2016), a estagnação da atividade económica (Rodrigues et. al., 2016) e as consequências da resposta à crise pela via da austeridade, como o aumento do desemprego, a redução do rendimento das famílias e o aumento da pobreza (Fernandes, 2015, Joaquim, 2015).

Os participantes dos grupos concordam sobre a necessidade da redução do peso do dinheiro no seu dia-a-dia, através da existência de resposta a necessidades fundamentais. Esta proposta sobre a qual todos os grupos estiveram de acordo, é contrária à tendência atual, uma vez que implicaria que bens e serviços fundamentais estivessem associados a sistemas de provisão de acesso universal, independentemente do rendimento disponível das famílias, o que está em contra ciclo com a tendência crescente de sistemas baseados em análises custo-benefício, privatizações totais ou parciais, ou elevada dependência da finança, em que o financiamento e o acesso universal ficam comprometidos (Rodrigues et al., 2016).

Ao longo da discussão, em todos os grupos, a segunda questão de partida deste estudo – que características a finança deveria ter na perspetiva das pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco de pobreza, para melhor responder às suas necessidades? - vai perdendo pertinência, as pessoas demonstram a necessidade e o interesse em discutir antes outras características que gostariam que a sociedade e a governação tivessem para melhor responder às suas necessidades. Considerámos que não poderíamos ficar indiferentes a essa importante componente da discussão. Trabalho e Estado Social foram os temas que tiveram ampla ressonância dentro e entre os grupos, o que reforça esta linha de análise. Habitação e sistema de produção agrícola foram outros subtemas

importantes. Sendo o foco apontado às políticas e às questões estruturais da sociedade, fica desde já um apontamento sobre o que os participantes consideram pertinente na ação para o desenvolvimento: mais políticas voltadas para a resolução de problemas estruturais, vistos como causa da pobreza e das desigualdades sociais, em substituição das políticas que se limitam às manifestações destes problemas, não os resolvendo verdadeiramente

### **O que faz falta: A importância do trabalho**

Não houve nenhum grupo que não falasse de trabalho espontaneamente. Mesmo quando foram expressas perspectivas diferentes sobre o tema, o trabalho surgiu como um tema comum e importante para os/as participantes. Em grande parte dos grupos, constituídos por pessoas em situação de desemprego ou precariedade, foi o trabalho enquanto relação salarial que esteve em debate. No caso dos pequenos agricultores foi abordado não apenas o trabalho agrícola mas também o sistema de produção associado. As trabalhadoras do sexo acabam por falar em situações específicas, que inclui estigmatização laboral e deterioração do valor do trabalho.

Alguns dos temas comuns foram a ausência de trabalho, a instabilidade de rendimentos, o trabalho mal pago, precariedade, e as implicações que isso tem na vida em geral. Surgiram afirmações perentórias sobre a necessidade fundamental de trabalho: “não tenho trabalho, não tenho nada!” (M., MBAC).

Mais do que inclusão financeira, focam-se na necessidade de inclusão laboral. No grupo de desempregados discutiu-se com mais profundidade a noção de (des)integração social por se ter, ou não ter, trabalho, não apenas a falta de dinheiro para fazer face às necessidades fundamentais, mas também os problemas psicológicos que advêm de não se estar integrado profissionalmente. A falta de trabalho coloca a pessoa num ciclo vicioso em termos materiais e psicológicos. Foi referido que estas condições podem tender por vezes ao isolamento e à depressão o que agrava a situação. Falou-se no risco de não ter para o essencial, para cuidar dos seus, para se sentir útil à sociedade; também os sentimentos de frustração, vergonha e humilhação, sentimento de culpa ou culpabilização pela sociedade, pela forma como percecionam que são vigiados e condicionados pelos serviços sociais e de emprego na lógica do *workfare*.

Houve desempregados que manifestaram apreensão com o facto de se sentirem demasiado velhos para trabalhar e demasiado novos para se reformarem. A reforma, cada vez mais longínqua, também não se afigura apelativa. Ou seja, sentem-se desenquadrados da sociedade e sem alternativas:

Eu tenho 60 anos e pedi quanto é que dava para a reforma e dá-me uma média de 300 €, 300 e poucos, com os cortes todos que fazem, entretanto aumentou a idade da reforma para 67 anos (AB., desempregado, 60 anos) .

As respostas face ao problema do desemprego assumem contornos diversos. Sobretudo entre a população imigrante foram relatadas tentativas de fazer pequenos negócios na economia informal (vender petiscos e bebidas no parque, fazer rissóis para fora, etc), atividades essas que não conseguem legalizar devido a exigências burocráticas e financeiras que afirmam não ter. Não pensam, ainda assim, quando lhes é perguntado, recorrer ao crédito para impulsionar estes pequeníssimos negócios, visto que requerem outro tipo de exigências para as quais as pessoas afirmaram não se sentir preparadas (incapacidade de desenvolver a infraestrutura exigida).

Notaram-se diferenças geracionais na perceção do desemprego. Junto dos mais velhos a norma do trabalho está mais marcada, com repercussões na forma de viver o desemprego. Caem no abismo se passam à condição de desempregados porque não acreditam que possam vir a conseguir voltar à vida ativa. Sentimentos de vergonha, frustração, humilhação são relatados, perante a sociedade e perante a família que deixam de conseguir cuidar em condições. Já nos mais novos e que tiveram a oportunidade de estudar, assume-se a importância fundamental do trabalho e a sujeição, desde sempre, a condições de precariedade: “nunca soube o que era um emprego estável” (G., Desempregado, 27 anos).

Mas questionam a norma do trabalho, numa recusa do *trabalho-exploração*:

Nós devíamos nos colocar numa situação de desexploração só para ter o direito a viver... mas não tenho propostas específicas, só para pensar (S., desempregado).

o meu ponto de vista era o trabalho deixar de ser menos competitivo, haver menos hierarquia e ser mais cooperativista, independentemente de ser um empresa, uma cooperativa, seja o que for, todos os

trabalhadores poderem dar o seu contributo igualmente. O que não existe, pelo menos nos trabalhos em que eu estive (V., desempregada, 31 anos).

Neste debate surge uma divergência. Referiu-se, a necessidade do trabalho ser útil à sociedade, considerando-se que atualmente há muito trabalho que não é socialmente útil. A necessidade do trabalho vai para além do dinheiro, é uma necessidade de realização, de integração, mas que seja de acordo com as características da pessoa, as suas aptidões, vontades e um contributo positivo para a sociedade. No entanto, outros não pensam nessas dimensões, apenas querem trabalho e não querem cair no voluntariado que consideram trabalho não pago, com o qual não concordam.

L: a questão não é o trabalho, é o sentir-se realmente útil, porque a pessoa não está a fazer nada! Há coisas para se fazer, para desenvolver o país e a pessoa não está a fazê-las! [Voz: exacto!] é esta sensação de impotência, de inutilidade

S: Há actividades que não são pagas e são verdadeiramente úteis na sociedade, eu faço bué [muito]!

AB: Mas isso é um apelo ao voluntarismo?

L: Isso é voluntariado! (...) aí caímos na tal situação, precisamos de ter um mínimo para sobreviver  
(grupo dos/as desempregados/as)

O trabalho revelou-se como uma necessidade fundamental que, para ser assegurado a todos/as, exige mudanças no sistema. É necessário trabalho para todos/as, dignamente pago, com sentido social, ou como dizem os participantes, trabalho que seja útil, um valor positivo para a sociedade em várias dimensões. Os direitos, a precariedade e, como vimos, a exploração foram referidos. Estas questões, cruciais para os participantes, estão também em contra-ciclo com a tendência atual das políticas laborais que, como vimos, se desenvolvem no sentido da desregulação laboral e diminuição de rendimentos. De acordo com Epstein (2005) e Crotty (op. cit. por Epstein, 2005) o aumento do poder da finança reduziu o poder dos sindicatos e o poder do trabalho na negociação laboral; Betzelt et al. (2016), estudando o impacto da crise e da finança no trabalho afirmam a deterioração de vida para um número significativo de famílias, deterioração das relações de trabalho e perda de rendimentos, o que é confirmado pela discussão:

Trabalho? são trabalhos temporários, hoje ter um contrato na construção como anda, não tens! (...) as pessoas que trabalham, trabalham muito e ganham mal, mal, mal... (E, MBAC).

Os diálogos refletiram as políticas de austeridade no país, que atacaram as bases institucionais de igualdade e inclusão no mercado de trabalho, nos domínios da contratação coletiva, da proteção no emprego e da proteção no desemprego, reconfigurando os regimes de emprego na ótica liberal, aumentando o desemprego para níveis sem precedentes, redução de rendimentos e aumento da precariedade pela maior facilidade de despedimento, individualização dos contratos e precarização destes decorrente da diminuição do poder dos sindicatos (Campos Lima, 2015). Perante o aumento do desemprego, também se reduz a proteção social perante o desemprego (Campos Lima, 2015; Joaquim, 2015), o que é claramente sentido pelos participantes, como veremos.

### **A necessidade de proteção social**

[se] a pessoa cai no desemprego (...) a Câmara, [ou alguma entidade do Estado, deveria] assegurar todas as despesas dessa família, até novamente eles terem trabalho (...) a pessoa fica no desemprego mas vai tentar arranjar trabalho outra vez. Mas, no entanto, a família não corre risco nenhum de vir para a rua. Porque a Câmara, ou [o Estado], assegura as despesas. Tem filhos, continua a assegurar as despesas da escola, todas as despesas da casa, da electricidade e assim, enquanto eles não resolvem o problema deles (S., MRP).

A proteção social e as funções do estado estiveram, tal como o trabalho, presentes em todas as discussões. Surgiram relatos de cortes em apoios sociais: pessoas que estando desempregadas não recebem nenhum apoio social, outros que vivem apenas cerca de 170 euros mensais (rendimento social de inserção), outros que têm pensões de reforma em torno dos 300 euros. As dificuldades não se colocam apenas no acesso à segurança social, foram expressas outras situações relacionadas com acesso à saúde ou à educação. O anterior depoimento pede algum sistema de apoio social que proteja integralmente uma família em caso de desemprego, o que vai em contraciclo. A evolução do sistema de proteção social em Portugal, nomeadamente após a crise financeira e o aprofundamento das políticas de austeridade, produziram alterações nas medidas de combate à pobreza, tornando-as mais restritas e agravando o do risco de pobreza em Portugal (Joaquim, 2015). A participante seguinte queixa-se de lhe terem cortado todo o acesso a apoio social.

Por exemplo eu estava a receber o subsídio de desemprego foi cortado, estava a receber o abono, foi cortado, estava a receber do Banco Alimentar, foi cortado. Pedi apoio social, negaram-me, disseram que eu recusei

apoio social, já estou inibida há dois anos de pedir auxílio seja qual for e não sei porquê, tenho 2 filhas a meu cargo, vivo numa casa familiar onde existem mais crianças. Não temos apoio alimentar, devíamos ter, mas não temos. A única pessoa que tralha em casa é a minha tia, que trabalha nas limpezas, de resto ninguém está a trabalhar ( J. MBAC).

Um jovem, com menos de 30 anos, refere que mal chegou a conhecer o Estado Social, estando este depoimento de acordo com o retrocesso que o Estado Social tem vindo a sofrer nos últimos anos:

Faço parte de uma geração que já não tem acesso ao Estado Social. Quando me tornei efetivamente trabalhador, nunca soube o que era um emprego estável, o que era um subsídio de desemprego, etc. Hoje em dia vou tendo biscates, coisas para fazer onde vou ganhando algum dinheiro, mas neste momento tenho 20€ para as próximas 3 semanas (G., Desempregado).

Foi mencionada a difícil relação com o pessoal técnico que trabalha nas instituições sociais. Sentem-se vigiados, condicionados e punidos sem compreenderem verdadeiramente os motivos e a utilidade das condições. Esse sentimento foi expresso em vários grupos, demonstrando uma certa incompreensão sobre o sistema de proteção social, discricionariedade, eventualmente ligadas à lógica do workfare, aqui já descrito como um conjunto de medidas políticas com uma coerência ideológica e uma componente moral e cultural forte, que se expressa no papel regulador e até, disciplinador, das políticas sociais (Fernandes, 2015), o que gera uma certa indignação:

um desempregado é visto quase como um marginal pelo Estado, e tentam culpabilizar um desempregado, fazendo apresentações quinzenais, que isto nem lembra ao diabo ... isto não se compreende, se fosse um preso, que tenha que se apresentar de 15 em 15 dias (AB., desempregado).

A Assistente Social mudou. Automaticamente, esta nova corta-me logo 150€ (A., MTS).

Estas afirmações alinham com o que é descrito por Joaquim (2015) sobre o recuo da provisão pública em diversos domínios, sustentado por uma argumentação que enfatiza critérios de eficiência e eficácia da despesa social, que hiperboliza o combate à fraude em determinadas prestações sociais ao ponto de se questionar a sobrevivência do próprio sistema de proteção social.

Houve também referência ao estigma de viver de apoios sociais, onde se percebem as componentes cultural e moral associadas.

Às vezes perguntam-me: o que é que estás a fazer... e eu sofro um bocado desse estigma, por parte da minha família também já sofri, pelo facto de estar a receber rendimento mínimo .... (V., MRP).

O que foi dominante em todos os grupos de diálogo foi a necessidade fundamental de um Estado Social, protetor dos mais vulneráveis, garantindo, em caso de necessidade, acesso aos bens elementares da vida e da dignidade: habitação, saúde, alimentação, educação, mobilidade, cultura foram referidos.

o Estado exercer as suas funções fundamentais, seria importante para essa mudança (...) as funções fundamentais têm que ver com saúde, têm que ver com educação, têm a ver com garantir que as pessoas que por alguma razão têm qualquer dificuldade de autonomia, o Estado estar presente, isto para mim é um dever fundamental do Estado (J., MRP).

Ao contrário da tendência atual descrita por Joaquim (2015: 65) em que o Estado Social está cativo da narrativa da austeridade, “alavancada por uma economia financeira desregulada e desreguladora, que desvaloriza o trabalho, ataca a atividade económica, reduz a proteção social aos mínimos e aprofunda as desigualdades”. Os participantes pedem o contrário e novamente menos prevalência do dinheiro:

O objetivo da sociedade é ajudar cada um a viver com dignidade, com solidariedade, com ajudas, transportes, saúde, cultura e 'cenas' importantes da vida social, poderiam ser gratuitas, ou quase gratuitas (S., Desempregado).

Também junto dos agricultores houve convergência sobre a necessidade fundamental de proteção dos serviços fundamentais, o que segundo estes não acontece, apesar de pagarem impostos, associado eventualmente à falta de transparência:

nós não sabemos o que é que o Estado está a fazer com estes 23% [impostos] porque está a tratar muito mal o nosso dinheiro. Nós quando vamos por exemplo aos hospitais e a outros serviços percebemos que os serviços

não têm qualidade. Agora se sentíssemos que estamos a pagar impostos porque os impostos estão a ser bem utilizados, nós até dizíamos: Olha é por uma boa causa! (J.).

Em alguns casos, a falta de apoio do Estado provocou a procura de crédito bancário, mas sem resultados:

posso-lhes dizer que tentei recorrer a um empréstimo, porque eu senti-me tão perdida que não sabia o que é que havia de fazer no princípio do ano com a minha filha, porque faltava quase quatrocentos euros por mês na universidade, (...) eu queria e quero que a minha filha continue a estudar (...) e uma coisa que ela queria muito fazer, era Direito. E então, eu estava aflita e digo assim, fui a todas, fui à bolsa para a universidade, fui à Segurança Social, que já contei, que ainda hoje estou à espera de um apoio, (...) e depois, lembrei-me, vamos ao banco. Fomos ao banco, mas claro, eu disse logo, vamos ao banco mas não vamos ter sorte nenhuma, não é? (S., MRP)

Este depoimento é coerente com o que dizem Fine e Santos (2013), que as classes mais baixas procuram aceder ao crédito sobretudo para responder a necessidades fundamentais para as quais não encontram resposta no Estado Social em regressão. Neste caso, crédito para aceder à educação, que não foi concedido. No entanto, este não é o único caso, como veremos adiante de respostas a necessidades fundamentais via crédito, com probabilidade de correr mal. Um dos exemplos concretos é, desde logo, a habitação.

## **Habitação**

A habitação foi assunto recorrente em alguns dos grupos, principalmente entre os moradores de um bairro auto-construído e as trabalhadoras do sexo. Também houve referências pelos agricultores, sobre histórias de pessoas que estão em vias de perder as suas casas por dívidas e negócios que correram mal ao nível da produção agrícola.

O grupo de moradores do bairro auto-construído, é composto por habitantes do bairro de Santa Filomena na Amadora. Encontraram neste bairro a única forma de acederem à habitação. No entanto, a autarquia considerando este bairro ilegal, apesar de existir há mais de 40 anos, despejou todos, num processo a que assistimos, duro e violento, uma vez que as pessoas não tinham alternativas de realojamento e rendimentos muito baixos para aceder ao mercado. Algumas destas

pessoas ocuparam uma igreja onde ainda vivem. O terreno do bairro tinha sido recentemente adquirido por um fundo de Investimento Imobiliário gerido por um banco. De acordo com Rodrigues et al. (2016) uma das formas de resolver o problema do acesso à habitação pelas pessoas que não tinham condições para o acesso ao crédito foi a autoconstrução.

Repare-se que em Portugal, apenas existe 2% de habitação social<sup>17</sup>. Aceder ou manter uma casa é muito difícil ou uma impossibilidade para vários dos participantes e, como veremos, o seu problema principal, conseguir acesso a uma casa, é o seu maior desejo num futuro sonhado. Como se pode compreender, o acesso ao crédito é para muitos impossível ou, como veremos, tende a acabar mal, mas o mercado de arrendamento não é para muitos alternativa viável. Como vimos na literatura, as maiores taxas de esforço estão no arrendamento (Rodrigues et al. 2016). Habitação é referida nos seguintes termos, com ressonância nos grupos:

a única coisa que quero conseguir é a casa (F., TS).

pouco ou muito que eu faça é para as minhas despesas. Eu estou muitas vezes aflita para pagar a renda da casa, um quarto que eu pago 225, e este mês fiquei a dever 35 euros” (V. TS).

“eu quero conseguir a minha casinha que não tenho, a minha casa própria e ir buscar a minha filhota, claro, para a poder acompanhar (V., TS).

O meu maior sonho que eu tenho era ter a minha casinha. Era o meu maior sonho, é aquele que eu tenho para a minha vida. Pagando as minhas despesas e era só isso que eu queria, não queria mais nada. Era o meu sonho (F., TS).

Na ausência de resposta pública, há casos de recurso ao crédito. Destaque-se nestes casos a ausência de proteção e de alternativas para resolução de empréstimos, em caso de desemprego ou redução acentuada de rendimento e/ou problemas de saúde. No testemunho que se segue, essa questão está presente e denota um certo desespero. O impacto da crise na vida da família, assim como o facto de, por alteração drástica das condições de vida, pela crise e por deterioração da saúde, ter entregue a casa ao banco – motivo do empréstimo bancário – que não conseguiu continuar a pagar, mas manteve uma dívida muito considerável, porque a casa não amortizou a hipoteca.

---

<sup>17</sup>Fonte INE: Caracterização da Habitação Social em Portugal, 2012

Eu já fiz [empréstimo]! Fiz para comprar a casa que eu comprei (...) e agora fiquei sem nada, sem casa, não tenho nada, não tenho trabalho, não tenho nada! Estava a trabalhar, naquela altura havia muitas possibilidades, havia trabalho com força, eu e a minha mulher estávamos todos a trabalhar, tínhamos rendimento por mês e dava para pagar as prestações. Mas depois veio a dar tudo para o torto e fiquei sem nada! E fiquei com essa dívida! Eu não estou a pagar nada, nem vou pagar, nem vou pagar! Não vou ter, não vou ter nada! Nada, nada! (...) Não tenho dinheiro! (...) No ano passado fiz uma operação ao coração, fui aberto, foi muito difícil. Eu trabalhava nas obras, obras acabou, não há mais! E depois já não posso trabalhar nas obras, o trabalho para mim acabou! (M. MBAC, já várias vezes despejado).

O acesso à habitação, da forma como foi colocado pelos participantes, demonstra um problema crítico na sociedade. Um sistema de provisão fortemente dominado pela promoção privada e pela finança (Rodrigues et al., 2016), em que a oferta pública é residual, e o mercado crescentemente liberalizado, fator de desigualdade: entre os que conseguem aceder ao crédito (e mantê-lo) e os que não conseguem, ficando à mercê da insegurança, de taxas de esforço elevadas no arrendamento, do despejo, das más condições de habitabilidade; e ainda porque, como nos diz Robertson (2013), os que têm a possibilidade de acesso ao crédito aumentam a sua riqueza através da valorização das suas casas (o que não acontece indefinidamente, como nos lembram as crises imobiliárias dos EUA, Espanha e Irlanda), tornando mais difícil o acesso das classes sociais mais baixas. Assim, o sistema de provisão da habitação moldado por uma política pública que deu primazia à finança (Rodrigues et al., 2016) compromete o acesso universal à habitação, um bem de necessidade fundamental das famílias.

### **O papel das redes de sociabilidade**

Perante a ausência de resposta do Estado Social, a falta de trabalho e a falta de recursos, a ajuda de familiares aparece com lugar de destaque nas conversas, para pagar medicamentos, alimentação, um funeral, ou para se abrigarem.

A minha sobrinha que é médica é que me ajuda a meter um bocadinho de comida [na casa] e a comprar remédio ... Ela dá para mim porque ela já sabe que eu não tenho! Eu tenho o meu neto que no dia 5 de Maio vai fazer um ano que morreu, eu não tinha dinheiro para enterrar o rapaz. A minha sobrinha é que mandou 1500€, que era para enterrar o rapaz, eu enterrei o rapaz com 1250€. Eu não tenho esse dinheiro,

eu estou à espera se me derem o rendimento para guardar pelo menos 10€ em 10€ para pagar à minha sobrinha (D., MBAC).

As redes de proximidade são, desta forma, fundamentais e por vezes há empréstimos que, como vimos, são abatidos de forma flexível, de acordo com as possibilidades mínimas das pessoas. Família em primeiro lugar, depois amigos e redes auto-organizadas, que nos remete para a “sociedade de providência” (Santos, 1994) que continua a ser um conceito particularmente relevante para compreender as dinâmicas sociais. O aprofundar da crise das famílias, acompanhada pelo retrocesso do Estado Social dá um novo enfoque a esta forma de apoio social familiar à falta do Estado. A ausência destas redes foi referida como fator determinante da vulnerabilidade e de sofrimento.

eu considero-me atualmente, como não tenho família, uma pessoa exposta à austeridade, acho que sou uma pessoa exposta à austeridade porque não tenho apoio familiar. (MJ., MRP).

Outras redes auto-organizadas são referidas, por exemplo a rede de estudantes em Coimbra – cidade de tradição académica – que ajuda os alunos universitários e não só a sobreviver com menos dinheiro.

fui comensal noutra República, que é uma coisa boa que Coimbra também tem, que é, vais lá comer e pagas só as despesas dos gastos de alimentação e as refeições são realizadas comunitariamente. Ao fim do mês toda a gente paga o mesmo valor, divide-se por todos. Eu em Coimbra também tenho estas redes de apoio (V. GMRP)

No entanto, há quem afirme uma enorme dificuldade em pedir dinheiro emprestado a quem quer que seja pois que isso lhes traz vergonha e preocupações.

É o orgulho que às vezes te impede de pedir dinheiro ou receber dinheiro, de outras pessoas que querem ajudar. Eu estou nesta situação, já há um ano que estava a tentar fazer psicoterapia, e queria fazer sem pagar, queria ir pelo SNS, achava que era possível. Mas entretanto isso demorava muito tempo e houve uma amiga minha que me disse que, simplesmente, me vai dar o dinheiro porque ela ganha muito bem, trabalha na Suécia, (...) eu pensei, como é que eu vou fazer, depois, (...)... ou seja, eu não aceitei (Ja., MRP)

O trabalho não remunerado como ativismo e voluntariado, são referidos como formas de integração e de valorização pessoal que para uns é importante, mas outros criticam ou questionam porque não querem, de forma nenhuma, que estas substituam o trabalho com direitos. No entanto, alguns, que não conseguem trabalho, procuram formas de ocupar o tempo e de fazer coisas que tenham sentido, que gostam, maneiras de usarem as suas capacidades, desenvolverem aprendizagens e experiência, não se isolarem socialmente, de ampliarem as suas redes e de continuarem a buscar formas de integração social e/ou laboral.

sou voluntária em várias [organizações] ... eu trabalho muito tempo de graça. (...) estou desempregada e tenho a minha vida completamente ocupada. [risos] Eu estou sempre a fazer coisas, sempre (V., MRP).

As redes e as experiências de redução da necessidade de dinheiro podem ser diversas, umas associadas a redes alternativas em meios juvenis, outras mais no domínio familiar ou na comunidade, como é o caso da população imigrante, outras na auto-organização cooperativa, por exemplo de produtores agrícolas. Mas muitas pessoas não chegam a desenvolver ou envolver-se em rede nenhuma. Independentemente das redes, mantém-se a instabilidade e uma condição precária face às necessidades fundamentais.

## **O Sistema financeiro**

Na discussão sobre o sistema financeiro, a preocupação não foi de todo ter acesso a bens e serviços financeiros, tão pouco reformá-lo, mas antes não ter de depender dele. Perante a preocupação diária com a obtenção de recursos financeiros suficientes para responder a necessidades fundamentais, que dificilmente se conseguem satisfazer, a inclusão financeira, no sentido de uma maior participação nos vários mercados financeiros, não emerge como prioritária. Tão pouco esta inclusão surge como uma solução adequada para a resolução da sua situação de vulnerabilidade.

O sistema financeiro, na maior parte dos casos entendido como a banca, foi associado a falta de transparência, desconfiança, desigualdade de poder, ausência de proteção dos consumidores caso tenham problemas, ciclo vicioso de dívidas.

A discussão no grupo dos moradores de um bairro autoconstruído foi particularmente rica sobre a sua relação com o sistema financeiro, nomeadamente empréstimos e gestão de contas; assim como foi a discussão com os agricultores, em torno da financeirização – termo utilizado por um dos participantes – em termos dos impactos da (des)regulação e da financeirização de empresas não financeiras. Iremos dar maior relevo à evolução destas discussões. No entanto, frisamos, este não foi o assunto que surgiu naturalmente nos grupos quando falavam de dinheiro.

No grupo MBA, começa-se por assumir desconhecimento em relação a esse mundo da finança, como se fosse um mundo à parte, inacessível do ponto de vista dos conhecimentos: “Eu não percebo nada de finanças” diz D., apesar de ser mãe numa família monoparental e quem faz a gestão financeira na sua casa.

Outra pessoa alerta que os empréstimos podem ser um perigo, uma fonte de problemas e manifesta desinteresse nessa solução. É referida a falta de transparência, o desconhecimento das consequências e dos riscos no caso de não poderem pagar as prestações dos empréstimos.

Os empréstimos eu acho que não vale a pena, porque pode vir o dinheiro fácil, aquele que pedes, eles (banco) podem-te ceder... e também estou a falar de outros créditos, tanto como no banco (...), as pessoas não sabem, mas existem juros por trás. Ah está tudo bem, bonito...e assinas o contrato. Na hora, se por eventual não conseguires pagar ao mês, no mês a seguir vais ter que dobrar ou triplicar o dinheiro que não pagaste no mês anterior. Então depois comesas a criar uma bola de neve e a pessoa não consegue pagar e depois tem que correr daqui, correr dali para pedir empréstimo, (...) mais e mais dívidas (S., MBAC).

Há uma perceção de desconfiança que ganha ressonância em outras histórias de pessoas que recorrem ao crédito (sobretudo modalidades de crédito ao consumo) que se tornaram pesadelos. A falta de transparência, a dificuldade em compreender os contratos e a linguagem, taxas de juros abusivas. Os participantes sentem-se vítimas, entram num ciclo de dívidas que não para de crescer, experiências traumatizantes a que não querem voltar:

Eu não quero nada de empréstimos!”(D., MBA).

É apontada a ausência de proteção e de alternativas para negociação de empréstimos, em caso de desemprego ou redução acentuada de rendimento, problemas de saúde, etc., assim como a desigualdade de poder em que se encontram perante uma instituição bancária, que intimida, pois se as coisas correm mal sentem-se perseguidos e com um ciclo interminável de preocupações. É constatada a falta interesse pelos problemas das pessoas:

Eles [bancos] nessa altura [em que emprestam] podem ser humanos, mas, quando existe o mínimo problema com essa pessoa, [e que esta] se resolve ir lá falar, eles não são humanos porque não querem entender, não querem saber... (E., MBA, despejada).

Devido à precariedade, o desemprego crónico, o risco de entrar em incumprimento é bastante elevado, entrando facilmente numa espiral de endividamento, o que é agravado pelo facto de recorrerem a modalidades de crédito de maior facilidade de acesso, como o crédito ao consumo, ou o uso de cartões de crédito, mas com juros claramente mais altos. Os empréstimos e estes produtos estão associados a perigo. Um outro exemplo, apresentado logo de seguida, demonstra isto:

O meu problema é que tenho cartão de crédito, que é do banco BarclayCard, não sei se ouviu já falar, e eu fiz empréstimo de 3000€, quando estive a trabalhar eu comecei a pagar. Primeiro eu fiz 500€, eu paguei. Depois voltei a fazer empréstimo de 3000€, porque é um cartão, eu posso pagar, avisar e eu meto o cartão e tiro, pronto. E depois eu fiquei desempregada, eu não tenho como pagar. Não sei como pagar, e eles estão sempre a ligar e tenho carta do tribunal. Porque eu fiz o empréstimo de 3000€, os juros foram aumentando porque aquele juro daquele cartão é muito, é 6€ por juro, por cada mês e então juro foi aumentando até 7000 e tal (...) não é preciso eu fazer contrato, por isso mesmo é que o juro é muito alto. Eu posso pegar e telefonar e meter cartão e tirar dinheiro, é muito fácil. Esse cartão é muito perigoso, é preciso ter cuidado! (T., MBA).

Este relato demonstra o que Rodrigues et al. (2016) referem sobre os produtos financeiros utilizados pelas classes mais baixas: linhas de crédito de curto prazo e cartões de crédito, formas com juros e custos mais elevados. Ao contrário das classes com rendimentos mais elevados que têm acesso a outro tipo de produtos e outra capacidade de investimento, e por isso são beneficiadas como é também referido, como veremos, pelo grupo de desempregados. Gabor (2013) fala-nos de uma política de classes associada à finança.

Ainda sobre a dívida causada pelo cartão de crédito o marido de T. acrescenta:

ela pediu emprestado dinheiro [porque] foi no momento que o pai dela faleceu (F.)

Foram relatadas experiências em que as pessoas se sentiram empurradas para empréstimos que preferiam evitar, que se destinavam a responder a necessidades básicas. Aceder a uma casa, pagar um funeral, ou tentar um empréstimo para educação, foram exemplos referidos. De acordo com Fine e Santos (2013) as classes mais baixas recorrem a empréstimos e ao sistema financeiro sobretudo para responder a necessidades fundamentais não providenciadas pelo Estado Social, ao contrário das classes mais altas que conseguem equilibrar este tipo de empréstimos com outros para investimentos e assim aumentar a sua riqueza (Robertson, 2013). Nas classes baixas, os produtos financeiros não servem o aumento da riqueza, e podem ser vistos como uma forma de exploração, uma vez que as pessoas pagam, e com juros, apenas pelo acesso a determinados bens e serviços fundamentais. Lazzarato (2011) refere esta relação devedor – credor como uma relação de poder desigual e de exploração, uma forma de apropriação do trabalho e da riqueza dos outros. Também Lapavistas e Dos Santos (op. cit. por Robertson, 2013) apresentam a tese da *expropriação financeira*, que resulta da retirada do Estado Social e da estagnação dos rendimentos, tendo como consequência que as pessoas recorram aos serviços financeiros para manter o seu nível de vida e o acesso a bens e serviços fundamentais.

No decorrer da discussão, vai-se desenvolvendo um sentimento de injustiça: compras a crédito pouco transparentes, juros altos, produtos “perigosos”, e exigência de garantias para determinado tipo de empréstimos em detrimento de outros menos vantajosos. A consciência vai crescendo, durante a discussão, de que não têm meios suficientes para fazer face às necessidades fundamentais, devido ao desemprego ou aos rendimentos baixos e intermitentes, e que dessa forma contraem por vezes empréstimos que têm tendência a acabar mal. Há uma percepção de desrespeito por parte do sistema financeiro e o participante seguinte, quando a conversa vai avançada e depois de muitos testemunhos, faz precisamente a associação entre exploração do trabalho e exploração através do crédito e refere que as classes mais baixas usam serviços de crédito precisamente pelos

seus rendimentos baixos. Numa lógica de responder a necessidades fundamentais. Não é colocada a hipótese de investimento:

Se o banco te dá empréstimo é porque estás a trabalhar. E praticamente trabalho, são trabalhos temporários, hoje ter um contrato [de trabalho] na construção, como anda, não tens trabalho! E a pessoa fica endividada com aquele empréstimo que fez, o crédito ao banco. E praticamente eu vejo que a questão do empréstimo é uma forma dos capitalistas poderem aproveitar-se das forças das pessoas que trabalham, trabalhamos muito e ganhamos mal, mal, mal porque para nós recorrermos aos empréstimos é porque ganhamos mal. Se eu ganho bem, não vou fazer empréstimo nenhum, eu já ganho bem! Mas como ganho mal, então...tenho que fazer empréstimo. O banco cede-te o empréstimo porque ganhas mal, e o banco tem consciência que daqui a um ou dois anos não vais ter salário e não vais conseguir pagar o empréstimo, e vais ficar endividado. E eu vejo que isso é uma forma de abusar do ser humano (E., GBA).

Estes testemunhos anunciam uma perceção de falta de controlo e de poder sobre as suas próprias vidas:

Nós é que trabalhamos mas quem desfruta não somos nós, são os capitalistas, os governantes, eles é que têm acesso ao nosso dinheiro e eles brincam connosco e isso não pode ser! (E., MBAC, despejado).

Sobre as contas bancárias, é referido que os gastos de manutenção são muito elevados e que, na sua situação já não compensa ter uma conta bancária.

Eu não tenho (conta bancária) porque pedi para cancelar (T).

Eu qualquer dia vou fazer o mesmo, mandaram uma carta para mim [dizendo] que não tenho nada na conta, que me tiram dinheiro todos os meses. Eles tiraram-me taxas, mas eu não tenho [dinheiro] como é que eu vou meter? Fui lá com um bocado de cascalho [moedas] para meter na minha conta e eles não recebem (risos) (D.).

Tenho conta na CGD, mas já não deposito já há sei lá... Eles mandaram uma carta para mim a dizer que tenho que pagar 42€, depois eu perguntei tenho que pagar o quê? 15€, mais 15€ de manutenção, agora 42€ para pagar. Não, eu não estou a movimentar a conta, antes ainda movimentava alguma coisa, uns 90€/50€. Agora recebo uma carta semana passada que tenho que pagar 42€! (F.).

Neste grupo, o sistema financeiro – identificado sobretudo com os bancos – inspira sentimentos de desconfiança, percepções de injustiça e de vulnerabilidade, falta de apoio, uma fonte de problemas em vez de soluções. É associado a um sistema de exploração, associado à precariedade do trabalho e falta de condições de vida para fazer face ao que é essencial. Sobre as instituições de serviços financeiros não acreditam que estejam ao seu serviço ou que existam para os apoiarem, receiam contrair empréstimos, pelo risco de cair num ciclo vicioso de dívidas, referem os juros altos e as despesas de manutenção elevadas. A inclusão financeira não parece fazer sentido para estas pessoas, pelos menos nos moldes do que hoje é a sua relação com a finança.

No entanto, quando insistimos na discussão sobre que alternativas ou reformas do sistema financeiro, referem a necessidade de mecanismos de proteção da parte mais fraca – o consumidor – em relação à entidade financeira, em caso de desemprego ou doença; assim como deve ser repensado o sistema de garantias, uma vez que não conseguem corresponder às exigências por parte dos bancos: não têm bens valiosos ou fiadores, mas não querem ser sujeitos a juros abusivos de outro tipo de produtos menos exigentes. A necessidade de dação em pagamento também foi de certa forma referida (ainda que noutros termos): que a entrega do bem hipotecado anule a dívida, sobretudo nos créditos à habitação, como é o caso de M. do grupo MBA, cuja entrega da casa por falta de pagamento não extinguiu a dívida.

Neste grupo não é referida a necessidade de apoio financeiro bancário para realizarem investimentos ou negócios. Uma vez que tal nunca foi referido, poderemos eventualmente (mas sem certeza) concluir que não chegam a colocar esta possibilidade para resolverem os seus problemas. Os motivos podem ser vários: ou porque não têm interesse em abrir negócios, o que em relação a alguns dos participantes nos parece improvável, uma vez que alguns tinham negócios no bairro onde viviam, mercearias, restaurantes que perderam com a demolição do bairro; ou, porque não sentem que isso alguma vez fosse possível: ou seja, ter acesso a um crédito para abrir um negócio não é visto como uma possibilidade real e por isso não é sequer colocada. Quando perguntámos diretamente ao grupo dos moradores de bairro autoconstruído disseram, a custo, que se tivessem apoio, formação, proteção e tempo suficiente de carência antes dos projetos terem o retorno necessário, então, tal operação de crédito poderia ser bem vinda.

Por exemplo, no meu caso, uma pessoa que me aconselhasse a mim, caso eu quisesse criar um restaurante, uma pessoa que me dissesse o que precisava, pensar qual era o espaço, qual o tipo de cliente, pequenos pormenores que nem toda a gente se lembra. Eu acredito que muitos projetos que não têm esta ajuda falham (E., GMBA).

Esta moradora, mostra-se como uma total ignorante em relação a um negócio, no entanto, viveu durante anos da gestão de um bar/mercearia no bairro em que vivia. É possível que sinta que na sua comunidade teria competências para esta atividade, mas fora desta não, e muito menos para apresentar um projeto ao banco.

S. que refere também a importância do apoio da banca à economia para criação de emprego, mas de forma apoiada e cujo objetivo fosse esse, promover a economia e não outro, o que se afasta dos objetivos da banca comercial. Colocando-se no lugar de um banco diz:

Eu concedia-lhe o empréstimo, e tudo o que ela precisasse eu dava porque eu tenho, porque eu tenho [os bancos]. Eu financiava até que ela estivesse estável, aí ela me dava o meu e, depois, (...) eu financiava outro para o outro poder crescer. É assim a economia, toda a gente tinha o seu posto de trabalho (S., GMBA).

Nos outros grupos são referidas algumas questões sobre bancos e empréstimos que nos parecem relevantes pela sua complementaridade. Há quem refira a experiência de um empréstimo como um fardo e uma limitação determinante na sua vida:

desde há uns 6 anos para cá, contraí um empréstimo (...) Mas eu sentia-me escrava daquilo, (...) central na minha vida, era a porcaria do empréstimo (J., MRP).

A instituição financeira também não é vista como uma entidade de aconselhamento, nem de apoio perante problemas financeiros.

O que é que eu faço quando estou em apuros financeiros e qual é o aconselhamento financeiro? Eu, nessas alturas isolo-me e não recorro a nenhum aconselhamento financeiro, porque não sei onde é que ele existe, acho que não existe. Ou seja, fico isolada (M. MRP).

Não é de desprezar a questão da governação, várias vezes referida, de forma crítica. A sua responsabilidade no que toca à redistribuição da riqueza, necessidade de mais justiça, ênfase no ser humano e suas necessidades, criticando o sistema atual associado à desigualdade crescente, percecionada por exemplo por um morador despejado, e que habita hoje numa igreja ocupada.

A questão do dinheiro era uma questão de repartir, repartir o dinheiro, dar aquele ser humano, a pessoa que necessita, para que ela possa viver uma vida digna, sem problemas, e haver uma distribuição digna. Não é a riqueza para um e pobreza para a maioria, isto é uma riqueza mal distribuída, é uma governação mal governada porque as pessoas a terem fome, a passarem frio na rua sem ter para onde ir dormir, isso não é governação, isto é um mundo de sobrevivência. (E. MBAC)

A desigualdade crescente é referida por autores como Fine e Santos (2013) e Rodrigues et al. (2016), como uma das consequências da financeirização através de vários processos, desde a acumulação pelo topo das mais valias financeiras até à diferenciação dos ganhos e das perdas potenciais, entre a classe média alta que consegue ter capacidade para melhores condições de investimento e produtos interessantes no seu portfólio, de onde consegue retirar rendimento e, por esta via, aumentar a sua riqueza. Pelo contrário, as classes mais baixas ficam a perder nesse processo de acesso à finança, com produtos desadequados e uma lógica de sobrevivência no acesso a bens e serviços fundamentais em vez de investimento e têm, por outro lado, uma vida mais difícil em termos de acesso ao trabalho e à proteção social, consequências de um mundo mais financeirizado, globalizado e neoliberal (Epstein, 2005). Há assim um distanciamento entre classes e uma tendência à concentração da riqueza em vez de uma distribuição mais equitativa.

### **Olhar desde a agricultura: o impacto da finança e para que serve o Estado?**

Surgiram críticas ao Estado, do ponto de vista da gestão e, também aqui, do não cumprimento do que deveriam ser as suas funções: no caso dos agricultores além da proteção social, também a regulação do mercado. Foram apontadas a má gestão, serviços de má qualidade, procedimentos que dão espaço à corrupção, mau aproveitamento de fundos comunitários (neste caso na agricultura), preferência de apoio aos grandes em detrimento dos pequenos agricultores, burocracias sem sentido, e sobretudo, a falta de regulação do mercado, que foi a questão mais discutida pelo grupo. Esta falta de regulação é vista como um problema crítico, sentem-se desprotegidos perante um mercado feroz dominado por monopólios das grandes distribuidoras,

dumping e formas desiguais de competição com os grandes produtores estrangeiros, no âmbito da globalização económica, cujas políticas, de acordo com Epstein (2005) parecem ser orientadas pelo processo de crescente financeirização. Note-se que havia no grupo dos agricultores um participante que referiu diretamente a finança, o poder e o impacto que tem no papel de regulação do Estado, adversa aos próprios, quando se refere à falta de regulação dos contratos e dos preços sem garantias.

JR – quem é que devia regular este mercado [entre produtores e grande distribuição]? O mercado regula-se a ele próprio? ou devia ser o Estado a dizer assim: Não senhor, qualquer contrato de compra e venda de produtos agrícolas para grandes superfícies tem que ser pago no prazo de trinta dias!

PM – O Ministério da Agricultura pretendia fazer isso neste mandato. Não sei é se conseguiram fazer isso...

JR – Não, não consegui. Não consegue porque o mundo financeiro domina todo o sistema produtivo, e o que é que acontece, os agricultores deveriam dizer, durante um mês não sai daqui uma pêra da região oeste para os supermercados (...) aumentava o preço para os produtores, o problema é (...) toda a pequena produção agrícola perde porque não tem capacidade de resistência.

Os agricultores sentem-se impotentes perante o comprador/distribuidor. Durante a discussão havia um clima de iminência de rutura. A justificação da sua permanência na agricultura era vista como extrema coragem misturada com uma certa dose de loucura para se submeterem a tanto risco e adversidade. Como vimos, de acordo com o INE, houve uma redução drástica das explorações agrícolas – mais de 50% – nos últimos 25 anos, em linha com a redução de outros sectores produtivos, associada a uma mudança do regime de produção e acumulação para outros sectores orientados pela finança, pelo crédito, como foi o caso da construção (Gambarotto e Solari, 2015; Rodrigues et al, 2016). Estas tendências parecem estar associadas a uma posição desfavorável na União Europeia num processo de periferização agravado pela crise de 2008 (Rodrigues et al. 2016).

Os agricultores introduziram de forma bastante direta o impacto da finança na agricultura, do ponto de vista do pequeno produtor, sem que se resumisse à sua relação direta com a banca. É interessante que um dos elementos, responsável por uma organização de desenvolvimento local, e eventualmente por essa experiência lhe ter dado oportunidades de discussão e análise em determinados fóruns, faliu desde logo da financeirização e dos impactos políticos da finança na regulação dos sistemas. Refere a financeirização da economia agrícola que relaciona com, por exemplo, a desigualdade de poder na relação entre o produtor e as grandes superfícies

(hipermercados). Acusam a empresa logística de distribuição de ganhar dinheiro por não pagar atempadamente aos produtores – segundo eles o máximo deveria ser 30 dias – mas só ao fim de 90 dias ou mais, referiram que às vezes chegam a não receber no prazo de um ano. Esse tempo de espera é utilizado pela empresa, segundo o próprio, '*financeirizada*', para 'jogar' o dinheiro dos agricultores em outras operações financeiras e assim realizar mais lucro, enquanto que estes esperam e desesperam para receber o seu parco pagamento:

há agricultores que vendem para grandes superfícies e aquilo é um sistema quase de crédito. (...) por exemplo, a alface entra às seis da manhã nas logísticas e às 13h para ser boa já tem que estar toda vendida, porque ela é extremamente perecível, ... a empresa, o grupo económico anda com o dinheiro dos produtores a fazer investimentos e depois quando pagam já houve uma circulação cinco ou seis vezes (do dinheiro). Porque o lucro deles não é das vendas ... é pois da financeirização do dinheiro, porque o dinheiro está ali, jogam com o nosso dinheiro (.....) neste momento o pagamento é a 90 dias! (JR, PA)

Este processo pode estar relacionado com o que é descrito por Epstein (2005) sobre a deslocação crescente de investimento de empresas não financeiras para operações financeiras. Ou seja, a empresa de distribuição além da sua atividade de compra e venda de produtos, tem também, segundo o participante, um setor financeiro que investe e realiza capital através de outras operações financeiras para além da sua atividade principal. Essas atividades têm segundo este um impacto negativo no produtor, que perde relevância e poder, além de demorar mais tempo a receber o seu pagamento, recebem também pagamentos muito insuficientes relativamente ao custo de produção.

A desigualdade de poder associada ao conceito de mundo financeiro, assim como sentimentos de injustiça e incapacidade de controlar processos que os lesam como pequenos produtores são referidos, em tom de derrota.

Não se consegue [mudar] porque o mundo financeiro domina todo o sistema produtivo, (...), e no fim de contas é toda a pequena produção agrícola que perde porque não tem capacidade de resistência a toda uma série de obstáculos que nos criam (JR, associação de pequenos produtores).

Consideram que a política pública de subsídios empurra os produtores para a banca, que preferiam evitar, porque recebem os apoios só após a realização do projeto agrícola, tendo que se endividar à partida para fazer face ao investimento. Tal é percecionado como um grande risco, que

às vezes corre mal. Fazer face às obrigações se acaso os apoios se atrasam, ou a cultura corre mal, pode significar a ruína. Novamente, junto deste grupo se percebe uma certa aversão à banca, relação com a qual parecem preferir evitar, pelo risco elevado que tal pode significar para os próprios. O argumento da inclusão financeira parece estar de novo em causa.

há produtos que são financiados [subsídios], portanto apoiados, mas isso foi a desgraça de muita gente, ... Estes financiamentos obrigam os agricultores a irem à banca ... para depois abater o investimento, de quem subsidiava mais tarde, quando chega o dinheiro... mas enquanto não recebem o financiamento e entretanto.... Como é que é para pagar a dívida? As pessoas vivem com o coração nas mãos durante um ou dois anos ou mais anos à espera que venham esses fundos (P., GPA).

Os agricultores referem algumas histórias com bancos e empréstimos como dramas, segundo eles recorrentes nas zonas rurais, de pessoas que procuram desenvolver projetos que correm mal: o fardo do endividamento, o perigo de perderem as suas casas, ou a dívida ir parar aos fiadores, muitas vezes familiares. Sentem que estão desprotegidos, que seria necessária mais regulação e apoio para que a situação que percebem de vulnerabilidade fosse atenuada. Referem a financeirização de toda a economia, como a preponderância do dinheiro em tudo.

JR -o campo vive muito destes dramas (...) há muitas pessoas do campo que se meteram nestes projetos sem os pensarem, neste momento estão encostados à parede [endividados].

RG – Com dívidas!

JR – Com dívidas e com situações mal paradas e ...epá porquê? Porque quando falam da financeirização de toda a economia, no fim de contas é assim, nós somos sempre apanhados pelo dinheiro, e não temos hipóteses de escapar deste sistema, porque no fim de contas não há ninguém que regule o mercado

Há referências ao desinteresse dos bancos pela agricultura, mas também expressões de desinteresse em depender dos bancos para desenvolver o seu negócio produtivo. Parece haver uma perceção de exploração associada aos financiamentos. Ou seja, que o produtor anda a trabalhar para pagar os encargos desses apoios. Novamente, de alguma forma a relação desigual devedor-creditor associada à exploração.

PM – Os bancos até há pouco tempo atrás era quase impossível [empréstimos]... As exigências eram muitas...

VM – Não acreditavam na agricultura... Agora nem acreditam nem desacreditam ....

Subsídios, empréstimos e não sei o quê, sou contra isso. Porque o sistema está montado, esse sistema...

Não conto com essas carraças que aí andam, eu não!

Dinamizadora – está a falar da banca?

VM – É uma carraça! (GPA).

Os apoios públicos, que segundo os próprios, os obrigam a “andar de mão estendida” como foi referido pelos próprios, que os empurrem para entidades financeiras o que aumenta o custo e os riscos dos investimentos que empreendem. Defendem que os apoios sejam mais adequados às suas necessidades e condições concretas e que sejam para todos (grandes e pequenos), desenhados de outra forma, retirando burocracia e espaço para a corrupção.

Durante o debate conta-se uma rábula, que todos aplaudem:

Num pequeno hotel de uma vila entra um magnata que queria alugar todos os quartos do hotel para um fim de semana. A moça diz –“Olhe desculpe mas você para reservar o hotel tem de deixar uma caução de 100€ (cem euros). O senhor: -“Ah com certeza!” Deixa 100€ na receção do hotel. E o gerente foi acompanhar o senhor a fazer a visita ao hotel. A empregada da receção, que ainda não tinha pago a conta da hortaliça agarra nos 100€. A sr.<sup>a</sup> da hortaliça assim que se vê com os 100€ vai pagar à quinta onde tinha comprado a hortaliça. O sr.<sup>o</sup> da quinta que tinha umas despesas de produtos e adubos agarra nos 100€ e vai pagar à quinta dos produtos e dos adubos; o sr.<sup>o</sup> dos adubos de vez em quando conhecia uma prostituta que lhe fazia uns serviços. E ele disse assim: -“Olhe vou pagar à moça, coitada”, e entrega os 100€ à prostituta. A prostituta que usava os quartos do hotel, já lá tinha uma dívida jeitosa, agarra nos 100€ e vai pagar ao hotel. Quer dizer, o dinheiro circulou. Nisso o magnata desce e diz: -“Olhe não estou interessado, agradeço que me devolva a caução.” E a sr.<sup>a</sup>: -“Sim senhor, concerteza!”

PM – Aí está!

JR – No fim de contas, o dinheiro circulou... Porque se o dinheiro circular, o valor de troca, de economia é excelente. É que o dinheiro não circula porque alguém fica com ele.

A moral desta história para o contador é a necessidade de circulação do dinheiro na economia real, e a finança, segundo ele, capta esse dinheiro. Este pensamento parece estar de acordo com o que nos diz Rodrigues et al. (2016): o aumento da intensidade de circulação de capital sob a forma de crédito, promovendo a transferência, através de diversas formas, de capital da economia real para a esfera financeira, com grande volume de capital existente e em circulação

mas, apesar disso, economias como a de Portugal, mas não só, permanecem com elevado grau de estagnação.

sem ninguém ficar com juros nem usurários desse dinheiro, e o que acontece é que neste momento, ao fim do dinheiro dar muitas voltas [os 90 dias ou mais de prazo de pagamento], é que o agricultor vai receber o seu parco dinheiro. E isto cria problemas graves em toda a estrutura de produção e de economia. E se a financeirização acabasse, este tipo de problemas deixavam de existir (JR., PA).

É interessante que o agricultor avance como proposta o fim da financeirização. Considera-a como a causa do problema da falta de circulação do dinheiro na economia, assim como desequilíbrio de poder entre atores, problemas que prejudicam os agricultores em particular, mas também a economia e a sociedade. De facto, na bibliografia consultada refere-se que financeirização tende hoje a absorver parte importante do capital para o sector financeiro, com formas próprias de reprodução e acumulação, que não o investimento produtivo. Refere-se também como processo responsável pelas tendências verificadas de aumento e generalização da dívida, condicionamento da política dos Estados, nomeadamente cortes no investimento, retrocesso do Estado Social e privatizações, assim como o aumento das desigualdades. E por isso, começa a ser defendida a necessidade de desfinanceirizar a economia (Rodrigues et al. 2016).

Também neste grupo foi observado, em relação ao setor financeiro, descontentamento e falta de confiança, perceções de exploração, e a reivindicação de outras políticas alternativas ao neoliberalismo. Neste caso, a regulação do mercado e apoios com enfoque na economia produtiva.

...implicava que alguém regulasse este mercado, porque o chamado neoliberalismo, em que o mercado se regula a ele próprio, não regula! Pois há sempre alguém que fica com aquilo que nós vemos que é nosso, estão a roubar a nossa vida! (JR., GPA).

### **Alternativas e reformas no sistema financeiro? Banca ética, privada ou pública?**

Será que a banca deve ser vista apenas como um negócio, especulativo, ou deverá assentar em princípios éticos? Deverá estar sujeita ao interesse público? Será que é possível mudar o sistema financeiro? Na prática, e em certa medida, estas questões foram sendo colocadas nos vários grupos, e a partilha de experiências sobre dinheiro alimentou a discussão em torno do sistema social,

económico e político em que vivemos. Incluiu afirmações de desencanto e de certa nostalgia com o mundo, até reflexões mais existenciais, apontando para uma crise ética e moral:

vivemos num mundo podre, ninguém quer saber do outro (E., MBAC).

estava-se a falar de valores, valores não existem, há poucas pessoas que têm valores, hoje em dia... os valores estão se a perder (S., MRP).

Mas o debate sobre alternativas financeiras acabaram por surgir de forma mais clara no grupo de desempregados, tendo-se gerando algum debate sobre o significado e as implicações das várias possibilidades. O debate surgiu tendo como pano de fundo o tratamento desigual, aqui já referido, pelas entidades bancárias de clientes 'ricos' e 'pobres', assim como da necessidade de fazer face a problemas como o desemprego. De forma geral considerou-se que o sistema financeiro e bancário devia estar ao serviço dos interesses da sociedade, mas ao contrário aprofunda desigualdades, não sendo fácil formular soluções concretas para o sistema financeiro:

a banca está feita para tirar mais dinheiro aos pobres e dar aos ricos, basicamente. Portanto, não tenho soluções (A., desempregada).

Foi referido o problema político do alcance do papel do Estado e mais uma vez uma percepção de falta de controlo social dos processos:

A questão é que o Estado não é nosso, o Estado nunca foi nosso, o Estado concedeu-nos certas coisas porque lutámos por elas, mas nunca controlámos de facto, nunca controlámos de facto os mecanismos que as possibilitam, nunca conseguimos controlar o sistema financeiro (G., desempregado).

Ou ainda questões de natureza económica, persistindo a percepção de que não há solução e criticando as opções da finança sobre o não apoio à economia, descredenciando completamente na capacidade de mudança desta:

quando existem opções económicas [fala de pequenas empresas e economia] o capital financeiro não funciona, tá lá parado, andaram a jogar aos casinos (...) Andaram-nos a endividar porque não tinham outro espaço para andar? Não há solução financeira para a situação! Isso é utópico (C., desempregado).

No entanto foram ensaiadas várias ideias de mudança: banca controlada pelas pessoas, ética, de pequena dimensão, de proximidade; ou ainda banca pública, democrática, popular. Neste trecho foi clara uma percepção comum sobre os significados e a forma que este tipo de soluções pode tomar:

G – para mim faz sentido pensar qual é o sistema financeiro, ou o que seja, que seria de alguma maneira funcional em função das necessidades (...) é preciso pensar a banca como uma poupança coletiva da sociedade, que existe para ajudar projetos a acontecer, ora, ajudar coisas que correspondam a necessidades a acontecer. Para já, para mim, tinha de se acabar com a lógica da competição. Não faz qualquer sentido haver não sei quantos bancos todos a competir uns com os outros, a ver como conseguem transformar mais rapidamente os rendimentos de quem trabalha em capital, que é isso que acontece. (...) e então, é uma questão de controle da sociedade, (...) teria que ser gerida de forma democrática pela maior parte das pessoas, pelos trabalhadores dos bancos, pelos clientes dos bancos (...) é democratizar aquilo que é social, aquilo que entendemos que é essencial à coletividade, à vida em sociedade, e gerir dessa maneira em função daquilo que precisamos..

[logo interrompido]

A – acabar com a banca comercial! e ter banca ética!....

G – ter um banco popular ou coisa assim, apesar de haver um banco popular que não é popular [risos]

A – acabar com a banca comercial e ter só banca ética, ter só bancos éticos....

G – ... como aconteceu de forma bem delimitada durante a revolução portuguesa, que era a banca nacionalizada a apoiar unidades de produção da reforma agrária. Claro que isso foi logo destruído mas é um exemplo limitado, mas que aponta numa direcção lógica (...)

Dinamizadora: ...antes de avançar, tu falaste em banca ética e tu falaste...

G – ou banca social...

Dinamizadora – Para vocês é a mesma coisa?

A – eu estava a descrever a banca ética, todas as pessoas depositarem as suas poupanças e decidirmos em relação a esse dinheiro democraticamente, isso é banca ética, acho eu.

V – eu conheço por banco cooperativos, existem em Inglaterra...

Maior proximidade e controlo local, foram também dimensões referidas em relação aos bancos (PA) mas também em relação à produção local (MRP).

nós não vimos os grandes bancos internacionais no norte de Itália, em pequenas cidades há bancos locais, bancos que só existem em dois ou três concelhos, e são bancos que todas as pessoas se conhecem umas às outras e que esses bancos muitas vezes são os próprios que emprestam dinheiro para alguns benefícios sociais e dão mesmo dinheiro, portanto há uma relação de proximidade... e funciona (JR., PA).

Mais adiante, quando levantada a questão sobre como a mudança poderia ocorrer, foi-se tornando clara para o grupo a complexidade do tema e diversidade de posições, face à impossibilidade de isolar a banca, considerando a natureza sistémica do capitalismo, ou a necessidade de procurar soluções que vão no sentido de controlo coletivo. Este tipo de soluções poderiam ou não passar por uma escala meramente nacional (este é um ponto de polémica). Numa outra linha de análise, seria necessário desenvolver práticas económicas de pequena escala, autónomas, que quebrem com a lógica do consumismo ou que estejam assentes em sistemas de trocas que dispensem o dinheiro.

Abordou-se como desejável e utópico, acabar com o dinheiro, sem se saber muito bem como isso poderia acontecer. Houve uma discussão em torno do dinheiro e se este é o verdadeiro problema. O dinheiro como moeda de troca, o dinheiro como fator de desigualdade e de poder. Uma das conclusões parece ser que a função do dinheiro deverá ser a troca e não a acumulação. Estas questões espelham-se na discussão seguinte no grupo de mulheres em risco de pobreza.

S – não existiria [dinheiro]! Se fosse num mundo de sonho...

L – não existiria.

V – não existiria....

J – uma outra hipótese agora são formas alternativas de troca e de vida ... mas isso é a questão em que eu tenho dificuldade em imaginar como é que isso era possível, não é porque não ache justo

V – eu não tenho muito conhecimento, mas sei que já houve algumas tentativas e projetos, em que há uma moeda, mas é diferente. ... eu não acho que a moeda e o dinheiro em si sejam o problema, (...), a troca direta: eu vou dar uma aula, e vou trocar por um cabaz de batatas? não sei... [risos], mas pode também haver uma moeda, entendes, eu não acho que a tenhamos que deixar ... pode na mesma haver uma moeda que permita depois trocar por comida, trocar por outros serviços que eu queira escolher. O problema todo, lá está, está na acumulação do capital (...) A moeda em si, o problema não é a moeda. O problema é depois o sistema todo de poder, que está à volta do dinheiro.

As mudanças também poderiam passar pela criação de alternativas dentro do sistema que transformem a sua lógica.

já existem muitas experiências de organização das pessoas que nós podemos aproveitar, e trabalhar, e desenvolver, para realmente criarmos uma sociedade em que nós retomamos o poder sobre as nossas vidas. Ou seja, nós somos seres políticos, económicos(...) todos os dias estamos a fazer relações (sociais) e nem

sempre reproduzimos as relações do capitalismo. Quando há um grupo familiar que se entreja, está a por em causa, está a subverter, está a resistir. Quando há uma cooperativa, um colectivo, ou uma organização, portanto, as pessoas estabelecem uma série de relações entre elas, políticas, económicas, que subvertem o sistema. Se nós formos buscar aí e começarmos a tentar realmente ir a essas alternativas que existem, não são utópicas, nós realmente conseguimos (V., MRP).

As reformas do sistema financeiro (e político) foram surgindo, ainda que timidamente, ao longo das discussões, desde um maior controlo social e/ou público associado mudanças políticas de fundo, até à criação de mecanismos de proteção dos consumidores em caso de desemprego e de doença, enfoque num serviço virado para o interesse público, produção económica e redução da desigualdade, menos preponderância dos atores e dos motivos da finança nas decisões políticas e económicas com impactos sociais, ou pura e simplesmente menos financeirização, menos prevalência do dinheiro nas vidas das pessoas na resposta às necessidades fundamentais.

## Conclusões

A presente investigação pretendia, através de um estudo participativo que envolvesse pessoas em risco de pobreza, visadas nas políticas de inclusão financeira, saber como percebem e avaliam a sua experiência com a finança; que características a finança teria de ter, para melhor responder às suas necessidades; e finalmente, qual a pertinência da inclusão financeira como política de desenvolvimento.

Os participantes demonstraram, em primeiro lugar, que têm enormes dificuldades financeiras, devido à escassez de rendimentos, para fazer face a necessidades prementes e para aceder a bens essenciais como a alimentação, saúde, transportes, habitação, educação, etc. Assim sendo, a problemática da inclusão financeira, entendida como o acesso a uma panóplia de produtos e serviços financeiros, não emerge como uma preocupação central dos grupos mais vulneráveis. Quando questionados sobre temas financeiros, ou sobre propostas de alteração do modo de funcionamento da finança, os participantes dos grupos de discussão, num primeiro momento, não se referiram às características de produtos financeiros particulares, mas à falta de dinheiro para necessidades fundamentais a que não conseguem dar provimento, remetendo para mudanças de fundo que transcendem o sistema financeiro.

Apesar da distância em que se encontram, ou percebem se encontrar, relativamente ao sector financeiro, no decorrer da discussão podemos constatar que este distanciamento não significa indiferença, desligamento ou total desconhecimento em relação à finança (nomeadamente à banca e ao crédito). Há uma percepção generalizada de desconfiança e refere-se claramente que esta é uma relação a evitar. A finança, e sobretudo a banca, foi associada a uma condição de exploração, devido à cobrança de taxas, juros e comissões elevadas; a uma assimetria de poder; a ausência de comunicação, informação e transparência; a falta de mecanismos de proteção dos devedores; a receio de entrar em espiral de dívidas; a falta de controlo e de capacidade de negociação; concebendo-se, sumariamente, o crédito como um pesado fardo.

As experiências a que os participantes mais aludiram dizem respeito a empréstimos contraídos e, num caso, uma compra a crédito, a que recorreram, sobretudo para fazer face a bens ou serviços básicos como a habitação, educação, ou para custear as despesas de um funeral. No caso dos agricultores, o crédito foi necessário para financiar a produção, incluindo o acesso a

subsídios que exigem investimento inicial, o que implica um endividamento considerado por estes problemático. Todos concordaram que preferiam evitar o recurso ao crédito. Foi referido que os custos são muito elevados, ou que é uma fonte de preocupações, e alguns chegaram mesmo a admitir que não conseguiram terminar o pagamento dos empréstimos, estando os seus casos em tribunal, ou que o empréstimo passou a condicionar todas as opções da sua vida. Referiu-se, ainda, a ausência de garantias para se ter acesso a produtos em condições mais vantajosas, optando-se, em alternativa, pela utilização mais dispendiosa de cartões de crédito e que, por isso, mais facilmente se colocam em risco de entrarem numa espiral de dívidas. Finalmente, mencionou-se a ausência de mecanismos de proteção acaso aconteça algum imprevisto, como uma redução de rendimentos devido a desemprego, doença ou outro motivo que impeça a continuação do pagamento da dívida. Não houve uma única referência a produtos de poupança ou outros.

A inclusão financeira, defende o acesso das famílias a produtos e serviços financeiros, fundamentação assente nas vantagens para as pessoas em risco de pobreza, afirmando que beneficiam de acesso a pagamentos, poupanças, créditos e seguros. No entanto, a falta aguda de dinheiro, verificada pelos participantes no nosso estudo, não demonstra que tenham disponibilidade para esse tipo de produtos e serviços ou, quando recorrem aos serviços financeiros disponíveis – sobretudo na banca – referem más experiências, e produtos desadequados às suas necessidades e aos problemas que enfrentam. Assim, a inclusão financeira para as pessoas em risco de pobreza em Portugal, da forma como acontece, não parece ser uma oportunidade para saírem das dificuldades em que se encontram, pelo contrário, em certos casos relatados, os problemas agravam-se.

A inclusão financeira, como vimos, sofre um enviesamento de classe, uma vez que as classes mais abastadas conseguem, de forma geral, usufruir positivamente da sua utilização com produtos e serviços financeiros que lhes dão alguma vantagem, enquanto que as classes mais baixas tendem a ter acesso a produtos mais caros e a piores condições, apenas no sentido de assegurarem acesso a alguns bens e serviços fundamentais à sua sobrevivência, e que facilmente podem tender a situações de sobre-endividamento e de sufoco financeiro. Mesmo uma simples conta bancária foi tida como algo a evitar, pela cobrança de taxas e comissões exageradas relativamente ao pouco que têm.

Assim, a inclusão financeira, como política privilegiada das políticas de desenvolvimento contraria não só as propostas e opiniões dos participantes nos grupos de discussão, como é posta

em causa pela literatura consultada, uma vez que a relação da finança com as classes mais baixas é menos vantajosa, e implica a assunção de maior risco por parte das instituições financeiras, a que se associa a iminência de novas crises com perigo sistémico..

Dada a sua posição de enorme desvantagem, não é de estranhar que os participantes dos grupos de discussão proponham mudanças de fundo ao sistema financeiro. Entendem que este deveria ter uma função e objetivos radicalmente diferentes, mais alinhados com o bem comum, apoiando a economia, assim como as necessidades sociais. Contrariando a lógica estritamente comercial e especulativa, consideram que o sistema financeiro deveria ficar sujeito ao controlo democrático da comunidade, prevendo também mecanismos de proteção dos devedores em caso de redução de rendimentos. No entanto, parecem associar estas alterações à necessidade de mudanças mais profundas no sistema político e social. Só uma conceção diferente de sociedade e de organização do modelo social e económico permitiriam estas alterações, uma vez que as lógicas atuais da finança obedecem a um modelo, neoliberal – nomeado por alguns participantes – e assim as mudanças teriam de desafiar esta lógica. De igual modo, foram feitas críticas contundentes à falta de regulação do mercado, à desproteção dos mais fracos e à preponderância do dinheiro em todos os sectores da vida.

Neste sentido, o mundo desejado e as reformas que propõem centram-se na necessidade de manter sistemas de proteção social que garantam o acesso universal a bens e serviços fundamentais, sem a dependência do dinheiro, referindo-se à proteção social perante o desemprego, doença ou velhice, acesso à educação, saúde, transportes, cultura, e habitação. Também o trabalho foi referido como fundamental para uma integração social adequada e para a autonomia das famílias, mas que deve ser socialmente útil, não precário e justamente remunerado, que contribua para uma realização pessoal e social. A regulação do mercado no sentido da introdução de regras de proteção das partes mais fracas e expostas aos agentes mais fortes, assim como controlo interno dos mercados perante a globalização foram exigências dos agricultores.

Tendo a necessidade de sistemas de proteção social e de trabalho sido os temas mais debatidos nos grupos de discussão, incluindo o grupo dos pequenos agricultores, a que acrescentaram a regulação, conclui-se que as propostas dos participantes vão no sentido contrário às tendências atuais, dada a regressão dos sistemas de proteção social, o nível ainda elevado de desemprego, o crescimento do trabalho precário e a desregulação no sentido da retirada dos

constrangimentos ao mercado. Como vimos, os processos de financeirização têm tido elevada responsabilidade neste rumo da organização política, económica e social com impacto significativo na organização do trabalho, nos sistemas de provisão ou na regulação vigente dos mais variados mercados. Isto significa que a finança afeta a todos, mesmo aqueles que não têm acesso direto à finança, ou não estão sequer integrados no sistema financeiro, como as pessoas em risco de pobreza. Os participantes neste estudo pretendem uma reversão das políticas em curso, que têm produzido a financeirização crescente da economia e sociedade, o que significaria que, no fundo, desejam menos financeirização, ou desfinanceirização.

A inclusão financeira é defendida no sentido de um maior acesso a bens e serviços fundamentais, como seja proteção na velhice, habitação, saúde, assistência na morte, educação, que são a substância de um Estado Social. A apologia da inclusão financeira é feita no pressuposto da inexistência ou falha na resposta de um Estado Social, ou seja, como alternativa a este. Na realidade, no estudo efetuado, o recurso aos serviços financeiros das classes mais empobrecidas, parece redundar na obtenção de crédito para fazer face precisamente a necessidades fundamentais, que não conseguem satisfazer através de um Estado Social em retrocesso e por falta de rendimentos. No entanto, as experiências não são positivas e a sua condição não melhora a partir daí.

Apostar na inclusão financeira dos indivíduos, desinvestindo de políticas estruturais de alavancagem social, como são a educação, a saúde, a habitação ou a proteção social é aumentar o risco dos grupos mais vulneráveis, e transferir-lhes toda a responsabilidade pela garantia das suas condições de sobrevivência ou de ascensão social, que cabe também à comunidade em que se inserem. Retiram-se assim funções ao Estado, que, na verdade, constituem obrigações de qualquer Estado de direito democrático, uma vez que se referem a direitos humanos fundamentais reconhecidos pela Constituição. Em vez disso, privilegia-se o mercado, assente crescentemente em instituições financeiras, que lucram com a entrada de mais pessoas no sistema financeiro (os *'unbanked'*), e deste modo a provisão privada, que não será de acesso universal, aumenta a desigualdade entre os que acedem e os que não acedem a serviços financeiros e por esta via entre aqueles que acedem ou não a bens e a serviços fundamentais.

Este é um sistema de insegurança e deterioração das condições de vida das famílias em risco de pobreza e de instabilidade para a própria economia, não deve ser, por isso, o objetivo

privilegiado das políticas de desenvolvimento, ao contrário do que defendem instituições como o Banco Mundial.

Em suma, resulta claro que a promoção da inclusão financeira não é uma prioridade para os participantes. Se, por um lado, as suas experiências com o setor financeiro não são benéficas, não querendo depender deste sector, por outro lado, privilegiam trabalho justamente remunerado, que garanta independência financeira, e acesso universal a bens e serviços fundamentais. Contudo, a defesa da inclusão financeira por parte de instituições como o BM assenta na mercadorização de bens e serviços fundamentais, quer através da implementação de esquemas de utilizador-pagador ou de formas mais radicais como a privatização da provisão de bens e serviços essenciais, que implicam uma maior capacidade financeira para a eles aceder. Quer isto dizer que a inclusão financeira está em sintonia com o processo de financeirização crescente, através da crescente imbricação da provisão de bens e serviços essenciais com a finança, em resultado da retirada do Estado, e através do acesso a estes bens e serviços com recurso ao crédito.

Ainda que a maioria não esteja familiarizada com o conceito financeirização, ou não dissesse explicitamente o que significaria desfinanceirização da economia e sociedade, o sentido das medidas propostas estão alinhadas com este tipo de políticas. Desfinanceirização quer dizer menos preponderância da finança na economia, na política e na vida social, através, por exemplo, de regulação que limite o domínio da finança sobre o resto da economia; mais soberania política por parte dos Estados; controlo monetário e de capitais por parte dos governos nacionais, assim como regulação destes mercados, reconfiguração do sector bancário com controlo democrático; proteger os Estados Sociais nacionais e utilizar os instrumentos políticos para uma economia produtiva; mudança das relações sociais nos sistemas de provisão e do trabalho no sentido de maior justiça social e da sustentabilidade ambiental (Rodrigues et al., 2016).

Concluimos que se o Banco Mundial e outras instituições para o desenvolvimento estão verdadeiramente interessadas em aliviar e melhorar a vida dos mais vulneráveis deverão reverter o sentido das suas políticas no sentido da desfinanceirização da economia e sociedade, o que implica levar a cabo medidas de âmbito estrutural que desenvolvam infraestruturas coletivas que contribuam para a mobilidade social ascendente das pessoas em risco de pobreza, como são os sistemas de provisão de bens e serviços fundamentais e os sistemas de produção no sentido da inclusão e da sustentabilidade social.

Finalmente, registamos que as dinâmicas de grupo desenvolvidas providenciaram uma discussão ativa que evidenciou uma evolução dos participantes da análise individual para uma análise mais sistêmica das questões em discussão. O desenvolvimento do diálogo coletivo, na pesquisa, no debate e na ação, numa perspectiva de inclusão social e com continuidade, sobre as questões que nos afetam, pareceu-nos um caminho que dá frutos, é mais democrático, e pode desenvolver melhores políticas, assim como o empoderamento da sociedade e das suas comunidades como um todo.

## Bibliografia

- Banco de Portugal (2011). Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa. Lisboa: Departamento de Supervisão Comportamental do BdP.
- Banco de Portugal (2013). Políticas de inclusão e formação financeira encontro dos bancos centrais dos países de língua portuguesa. Lisboa: Departamento de Supervisão Comportamental do BdP.<http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/InclusaoFormacaoFinanceira/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Pol%C3%AAdticas%20Inclus%C3%A3o%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Financeira.pdf>
- Bento, A., Fernandes, L., Rego, L., Alves, M., Góis, M., & Campos Lima, M. da P. (2013). Por uma perspectiva de género na auditoria cidadã à dívida pública. Lisboa: Campanha Feminista Anti-Austeritária, Marcha Mundial de Mulheres.
- Betzelt, S.; Lopes, C. e Santos, A.C. (2016), “Financialisation and Work in Europe: Inequality, Debt and Labour Market Segmentation”, in Santos, A.C. (org.), Summary report on the impacts of financialisation and of the financial crisis on household well-being, Leeds: projeto FESSUD.
- Campos Lima, M. P. (2015). A reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais em Portugal na ótica liberal. [Internet]. Cadernos do Observatório #5. Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES). Disponível em:
- Campos Lima, M. P., Fernandes, L. (2014). A Austeridade, a Flexinsegurança e as Mudanças do Regime de Emprego em Portugal. Conferência Internacional “40 anos após o 25 de Abril de 1974”. Lisboa: ISCTE-IUL, 8-10 May. Campos Lima, M. P. (2015) A reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais em Portugal na ótica liberal. [Internet]. Cadernos do Observatório #5. Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES). [http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id\\_lingua=1&pag=9331](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=9331)
- Carmo, R. M. & Cantante, Frederico (2015). Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego. Tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira. Sociologia, Problemas e Práticas, n.o 77, 2015, pp. 33-51.
- CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) (2013). Advancing Financial Inclusion to Improve the Lives of the Poor. Strategic directions 2014–2018. [http://www.cgap.org/sites/default/files/cgap\\_strategy\\_20141018.pdf](http://www.cgap.org/sites/default/files/cgap_strategy_20141018.pdf)

- Costa, A., Castro Caldas, J. (2013). “A União Europeia E Portugal Entre Os Resgates Bancários E a Austeridade: Um Mapa Das Políticas E Das Medidas.” In: A Anatomia Da Crise: Identificar Os Problemas Para Construir as Alternativas. Observatório sobre Crises e Alternativas. Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 72-107.
- Costa, S., Farinha, L. (2012). O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do inquérito à situação financeira das famílias. Relatório de Estabilidade Financeira Maio, Lisboa: Banco de Portugal, 137-163. Disponível em: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=pt&pubId=7315&type=2&furtherPublish=yes>
- Epstein, G. (Ed.) (2005) *Financialization and the World Economy*. Camberley Edward Elgar
- European Commission (2012). *Employment and Social Developments in Europe 2012*. Brussels: Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=pt&pubId=7315&type=2&furtherPublish=yes>
- European Commission (2012). *Employment and Social Developments in Europe 2012*. Brussels: Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Available from: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7315&type=2&furtherPublish=no>
- European Commission (2012). *Employment and Social Developments in Europe 2012*. Brussels: Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. Available from: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7315&type=2&furtherPublish=no>
- Farinha, C., Andrade, I. (2013). Robin Wood vs Piggy Bank: Income Redistribution in Portugal 2006-2010. DE/CEMAPRE, Working Paper 28.
- Fernandes, L. (2015). Os protestos anti austeridade e o conflito em torno do desemprego. *International Journal on Working Conditions*, 10, 168–186. Disponível em: [http://ricot.com.pt/artigos/1/IJWC.10\\_LFernandes\\_p.168.186.pdf](http://ricot.com.pt/artigos/1/IJWC.10_LFernandes_p.168.186.pdf)
- Fine, B, Johnston, D., Santos, A.C., Waeyenberge, E.V. (2016) *Nudging or Fudging: The World Development Report 2015 in Development and Change*. Haia: International Institute of Social Studies.
- Flick, U. (2005) *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor.

- Flick, U. (2014) *An Introduction to Qualitative Research*, London: Sage
- Freire, P. (1970) *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra
- Gabor, D. (2013) “A critique of financial exclusion” In Santos, A.C., Fine, B. (org.) *Empirical report on cross-national comparative analysis of household financial behaviour: Recent trends* (pp. 121 – 145). Leeds: projeto FESSUD.
- Gallie, D., Paugam, S. (Eds.). (2000). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Gambarotto, F., Solari, S. (2015). The peripheralization of Southern European capitalism within the EMU. *Review of International Political Economy*, Vol. 22, Nº 4, 788-812.
- Gaventa, J.; Cornwall, A. (2001). “Power and Knowledge” in *Handbook of Action Research: Participative Inquiry and Practice* (pp. 70 – 80). London: Sage Publications
- Joaquim, C. (2015). *Proteção Social, terceiro setor e equipamentos sociais: que modelo para Portugal* in *Cadernos do Observatório*, nº 3. Coimbra: CES
- Lazzarato, M. (2011). *The Making of the Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition*. Cambridge: The MIT Press
- Lemke, T (2001). 'The birth of bio-politics': Michel **Foucault's** lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality in *Economy & Society*. May2001, Vol. 30 Issue 2, p190-207. 18p. London: Routledge
- Lemke, T. (2007) An indigestible meal? **Foucault**, governmentality and state theory in *Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory*; 2007, Vol. 8 Issue 2 (pp. 43 – 64) London: Routledge.
- Observatório das Crises e Alternativas (2015). *Crise e mercado de trabalho: Menos desemprego sem mais emprego? Barómetro das crises* [Internet]. 13. Available from: [www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/13BarometroCrises\\_Crise%20mercadotrabalho.pdf](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/13BarometroCrises_Crise%20mercadotrabalho.pdf)
- Observatório sobre Crises e Alternativas (2015), “Crise e mercado de trabalho: Menos desemprego sem mais emprego?”, *Barómetro das Crises e das Alternativas* no 13. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/13BarometroCrises\\_Crise%20mercadotrabalho.pdf](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/13BarometroCrises_Crise%20mercadotrabalho.pdf)
- Oliveira Figueiredo, G. (2015) *Investigación Acción Participativa: una alternativa para la epistemología social en Latinoamérica / Participative Action Research: a option for Social*

- Epistemology in Latin America in *Revista de Investigación*. Dec 2015 39(86):271-290. Caracas: instituto Pedagógico de Caracas.
- Oliveira, A. (2004). “Características contextuais da prostituição de rua e do trabalho sexual de interior.” *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.44 nº 1, pp.49-68.
- Reis J, Rodrigues J, Santos A, Teles N. (2013). “Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável.” In: *Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*[Internet]. Observatório das Crises e Alternativas. Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES); [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio\\_Anatomia\\_Crise\\_final.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final.pdf); Ribeiro, R., Coelho, L. , Ferreira-Valente, A. (2015) Unemployment and gender equality within the family in Portugal. *Ex aequo* [online] n.32, pp.69-85. Lisboa: APEM
- Robertson, M. (2013) Housing Provision, finance and well-being in Europe In Santos, A.C., Fine, B. (org.) *Empirical report on cross-national comparative analysis of household financial behaviour: Recent trends* (pp. 121 – 145). Leeds: projeto FESSUD.
- Rodrigues, J., Santos, A. C., Teles, N. (2016). *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual Editora
- Santos, A.C., Fine, B. (org.) (2013) *Empirical report on cross-national comparative analysis of household financial behaviour: Recent trends* (pp. 121 – 145). Leeds: projeto FESSUD.
- Santos, B.S. (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, C. A., Teles, N., Serra, N. (2014). *Finanças e Habitação em Portugal*, *Cadernos do Observatório, Observatório sobre Crises e Alternativas, Centro de Estudos Sociais, Coimbra*. Available from: [www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/.../CadernoObserv\\_II\\_julho2014.pdf](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/.../CadernoObserv_II_julho2014.pdf)
- Sempere, Maria Josep Cascant i (2009) - *Teoría y Práctica de la Investigación Acción*. Valencia: Master en Políticas y Procesos de Desarrollo. Universidad de Valencia.
- The World Bank (2008). *Finance for all? Policies and pitfalls in expanding access*. Washignton, D.C.[http://siteresources.worldbank.org/INTFINFORALL/Resources/4099583-1194373512632/FFA\\_book.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTFINFORALL/Resources/4099583-1194373512632/FFA_book.pdf)
- The World Bank (2014). *Financial Inclusion*. Washignton, D.C. <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTGLOBALFINREPORT/0,,contentMDK:23489619~pagePK:64168182~piPK:64168060~theSitePK:8816097,00.html>

## **Anexos**

### **Anexo I**

#### **Consentimento escrito para participação no grupos de discussão:**

Os objectivos do grupo de discussão foram-me explicados

Eu consinto em tomar parte neste grupo de discussão, sobre as minhas opiniões e experiências sobre os serviços oferecidos pelo sistema financeiro e a forma como este funciona. Também autorizo a gravação da discussão.

A minha participação é voluntária. Compreendo que sou livre para não responder às perguntas

Nenhuma das minhas experiências será partilhada com ninguém fora da equipa responsável pelos grupos de discussão, sem que a minha identidade seja removida previamente. A informação que eu der e as experiências que eu partilhar vão ser agrupadas com respostas de outros participantes de forma a que eu não seja identificado/a.

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Contacto para informação adicional

## Curriculum Vitae

Ana Rita Teles Patrocínio Silva  
Nasceu a 9.01.1976 em Lisboa  
Rua professor Fernando da Fonseca  
Nº18 C, 1º Dto, 1600-618 Lisboa  
Telef: 91 641 96 05  
Portuguesa  
E-mail: emaildaritasilva@gmail.com

### FORMAÇÃO ACADÉMICA

1996/1998: Bacharelato em Animação Sociocultural no Instituto Piaget.  
2004/2008: Licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

### FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

1998/2000: Curso Profissional Museologia e Património pelo Museu Nacional História Natural e Liga dos Amigos de Conímbriga.  
2015: Curso "Spaces of Dispossession and Dissent: Lisbon after 2008" pelo CES Curso de Verão  
2016: Curso "Evolução Recente do Capitalismo em Portugal" pelo CES Curso de Verão

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1995/1998: Animadora Sociocultural na Escola EB 2, 3 de Alfovelos, Amadora.  
1998/2000: Técnica de desenvolvimento de projetos com imigrantes na associação Olho Vivo – Associação para o Desenvolvimento do Património, Ambiente e Direitos Humanos.  
2000/2005: Técnica de desenvolvimento social no programa "Escolhas" para a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.  
2005/2009: Assessora na Câmara Municipal de Lisboa tendo iniciado os programas: o Orçamento Participativo de Lisboa e as Assembleias Participativas Descentralizadas.  
2009/2011: Assessora na Assembleia da República  
2011/2014: Assessora na Assembleia Municipal de Lisboa  
Desde 2013: Facilitadora da Coligação Europeia pelo Direito à Habitação e à Cidade  
Desde 2016: Coordenadora assalariada da Habita – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade

### Projectos paralelos

2000/2009, participação na fundação e dinamização da Solidariedade Imigrante, associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes | Membro da Direção e responsável pela área de dinamização cultural.  
2005 - 2016 Promotora e coordenadora de grupo em torno das questões do Direito à Habitação e à cidade. Com formação posterior da Associação Habita (2012) que se dedica à defesa do direito à habitação e à cidade. Neste âmbito, aborda os principais problemas e constrangimentos no acesso à habitação adequada junto de vários sectores da população assim como promove o desenvolvimento de discussão pública, do estudo e do desenvolvimento de propostas no sentido da defesa dos direitos individuais e coletivos em causa.  
Participação em inúmeros fóruns internacionais sobre os direitos à habitação e à cidade.  
Interesse atual pelos processos de financeirização em geral da cidade e do espaço urbano e, em particular da habitação.

### LÍNGUAS

Inglês: Bom (escrito e oral, profissional)  
Francês: Bom (oral)  
Espanhol: Bom (oral)